



**Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**  
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

**Vol 19, Núm 1, jan-jun, 2026, pág. 541 - 597**

**Redução de Danos como Estratégia de Cuidado em Dependência Química:**  
Uma Revisão Integrativa da Literatura

**Harm Reduction In Primary Healthcare: An Integrative Review Of Literature**  
**La réduction des risques comme stratégie de soins en toxicomanie: une revue**  
intégrative de la littérature

**Aiedra Valente de Carvalho<sup>1</sup>**

**Henzo Rodrigues Arce<sup>2</sup>**

**Jéssica Andrade dos S. Sobrinho<sup>3</sup>**

**Monick Melo da Silva<sup>4</sup>**

**Phillip Abraham de Araújo Souza Cruz<sup>5</sup>**

**Yasmin Santos Silva<sup>6</sup>**

**Resumo**

A dependência química permanece como um desafio de saúde pública no Brasil e no mundo, afetando uma parcela da sociedade, exigindo novas estratégias de cuidado.

---

<sup>1</sup> Estudante de Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

E-mail: [Aiedra.valente@ufam.edu.br](mailto:Aiedra.valente@ufam.edu.br)

<sup>2</sup> Estudante de Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

E-mail: [henzo.rod.arce@gmail.com](mailto:henzo.rod.arce@gmail.com)

<sup>3</sup> Estudante de Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

E-mail: [jessica.sobrinho@ufam.edu.br](mailto:jessica.sobrinho@ufam.edu.br)

<sup>4</sup> Estudante de Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

E-mail: [monick.melo@ufam.edu.br](mailto:monick.melo@ufam.edu.br)

<sup>5</sup> Estudante de Graduação em Administração pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

E-mail: [phillip.cruz@ufam.edu.br](mailto:phillip.cruz@ufam.edu.br)

<sup>6</sup> Estudante de Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

E-mail: [Yasmin-santos.silva@ufam.edu.br](mailto:Yasmin-santos.silva@ufam.edu.br)



**Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

A Redução de Danos tem ganhado destaque por propor intervenções que buscam minimizar riscos e ampliar o acesso ao cuidado, sem exigir abstinência imediata. Objetivo: Identificar e analisar, na literatura nacional e internacional, as principais estratégias de Redução de Danos utilizadas no cuidado às pessoas que fazem uso de substâncias químicas. Metodologia: Revisão integrativa realizada a partir de artigos publicados em bases como CAPES, BVS e PubMed considerando publicações dos últimos 10 anos em português, inglês. Resultados: A busca resultou em 132 estudos encontrados e, após as etapas de seleção, 23 artigos foram incluídos. Conclusões: A Redução de Danos é uma abordagem efetiva para ampliar o acesso ao cuidado, diminuir riscos e fortalecer a autonomia das pessoas que usam drogas. Porém, ainda existem desafios, como resistência de profissionais, falta de estrutura e retrocessos em políticas públicas que dificultam a implementação da abordagem.

**Palavras-chave:** Dependência química; Redução de danos; Políticas de saúde; Uso de substâncias.

### **Abstract:**

*Substance abuse remains a public health challenge in Brazil and worldwide, affecting a significant portion of society and demanding new care strategies. Harm reduction has gained prominence for proposing interventions that seek to minimize risks and expand access to care without requiring immediate abstinence. Objective: To identify and analyze, in the national and international literature, the main harm reduction strategies used in the care of people who use chemical substances. Methodology: An integrative review was conducted using articles published in databases such as CAPES, BVS, and PubMed, considering publications from the last 10 years in Portuguese and English. Results: The search yielded 132 studies, and after selection, 23 articles were included. Conclusions: Harm reduction is an effective approach to expand access to care, reduce risks, and strengthen the autonomy of people who use drugs. However, challenges remain, such as resistance from professionals, lack of*



*infrastructure, and setbacks in public policies that hinder the implementation of the approach.*

**Keywords:** *Chemical dependency; Harm reduction; Health policies; Substance use.*

## Introdução

A problemática da dependência química constitui, na contemporaneidade, um dos maiores desafios para os sistemas de saúde e para as políticas públicas voltadas ao cuidado psicossocial. O fenômeno, marcado por complexidade social, cultural e clínica, exige abordagens que transcendam o modelo biomédico tradicional centrado na abstinência, abrindo espaço para estratégias inovadoras como a Redução de Danos (RD). Esta perspectiva, consolidada nas últimas décadas, busca não apenas minimizar os impactos negativos do uso de substâncias psicoativas, mas também promover vínculos sociais, autonomia e cidadania, reconhecendo o usuário como sujeito singular inserido em contextos de vulnerabilidade.

Diversos estudos têm contribuído para a compreensão e a sistematização dessas práticas. Machado et al. (2024) discutem a função das práticas artísticas e culturais como insumos de RD, destacando sua capacidade de promover laços sociais e deslocar o sujeito da relação solitária estabelecida com a substância. De forma complementar, Machado & Simas (2017) analisam a experiência estética no Consultório na Rua, evidenciando sua potência como recurso mediador na aproximação entre equipe e usuários em situação de rua, ampliando o acesso ao cuidado e fortalecendo vínculos. Bittencourt et al. (2019), por sua vez, demonstram que as práticas assistenciais realizadas pelas equipes do Consultório na Rua em Macapá são fundamentadas na RD, priorizando o vínculo e a articulação com a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), embora enfrentem dificuldades estruturais e preconceitos institucionais.

Outros trabalhos também ampliam a compreensão sobre o tema. Silva & Costa (2016) ressaltam a importância da informação em espaços públicos como ferramenta



eficaz para reduzir danos e preconceitos, promovendo a desmistificação do uso de drogas e o fortalecimento do acesso à informação. Teixeira et al. (2015) descrevem estratégias de autocuidado utilizadas por usuários de crack, como alimentação, hidratação, uso de preservativos e controle da quantidade consumida, evidenciando práticas espontâneas de redução de riscos. No âmbito institucional, Souza et al. (2017) e Reis et al. (2022) apontam tensões e resistências na implementação da política de RD nos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD), revelando divergências conceituais entre profissionais e a persistência de modelos biomédicos centrados na abstinência.

A literatura, portanto, evidencia que a RD se apresenta como estratégia contemporânea de cuidado capaz de ampliar o acesso, fortalecer vínculos e promover cidadania. Contudo, sua efetivação ainda enfrenta obstáculos relacionados à escassez de recursos, ao estigma social e às divergências conceituais entre profissionais e instituições. Nesse sentido, torna-se imprescindível aprofundar a análise das práticas de cuidado e das políticas públicas, de modo a consolidar a RD como paradigma ético e humanizado na atenção à dependência química.

### **Referencial teórico (Sucinto)**

A dependência química tem sido entendida, no campo da saúde coletiva e das ciências humanas, como um fenômeno variado que rompe com o paradigma moralizante historicamente associados ao uso de substâncias. Esse olhar enfatiza que o consumo e suas consequências não podem ser reduzidos a escolhas individuais isoladas, mas devem ser analisados à luz de vulnerabilidades sociais, desigualdades estruturais, processos de exclusão e experiências de sofrimento que atravessam os sujeitos. Essa compreensão ampliada sustenta modelos de cuidado capazes de reconhecer a complexidade das relações entre indivíduo, substância e contexto,



favorecendo práticas que considerem laços sociais, trajetórias de vida e condições de existência.

Nesse cenário, a Redução de Danos (RD) se apresenta como uma abordagem ética e pragmática voltada à minimização dos riscos e danos associados ao uso de substâncias psicoativas, sem exigir abstinência como condição para o recebimento do cuidado. Consolidada inicialmente no enfrentamento à epidemia de HIV entre usuários de drogas injetáveis, a RD se expandiu e passou a ser reconhecida como estratégia fundamental de saúde pública. Gomes e Vecchia (2018) destacam que a RD articula práticas preventivas e terapêuticas, fundamentadas em direitos humanos, cidadania e reconhecimento dos usuários como sujeitos de escolhas e de cuidado.

A literatura contemporânea evidencia que práticas culturais, artísticas e estéticas podem funcionar como insumos de cuidado no contexto da RD. Segundo Machado (2024), tais práticas têm potencial de deslocar o sujeito de relações solitárias com a substância e favorecer a construção de vínculos sociais que sustentem outras formas de existência. De maneira semelhante, Machado e Simas (2017) apontam que a experiência estética no Consultório na Rua amplia o acesso ao cuidado por meio da aproximação entre equipes e usuários, criando espaços de acolhimento, expressão e pertencimento. Essas abordagens demonstram que a RD incorpora múltiplas ferramentas que não se restringem ao fornecimento de insumos materiais, mas incluem práticas simbólicas e relacionais que fortalecem vínculos e ampliam possibilidades terapêuticas.

O cuidado territorial, especialmente por meio do Consultório na Rua, tem se consolidado como um eixo estruturante da RD no Brasil. Pesquisas realizadas com profissionais desses serviços indicam que sua atuação permite acolhimento incondicional, aproximação de populações em situação de vulnerabilidade e flexibilização de barreiras de acesso aos serviços. Para Bittencourt et al. (2019), o vínculo estabelecido entre equipe e usuário favorece o acesso aos serviços da Rede



de Atenção Psicossocial (RAPS), reduz estigmas e possibilita cuidado contínuo mesmo em contextos adversos.

A atenção psicossocial, especialmente no âmbito dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD), desempenha papel central na consolidação da RD no país. Estudos mostram que esses serviços priorizam acolhimento, corresponsabilização, singularidade e projetos terapêuticos articulados com o território. Machado et al. identificam que os CAPS AD se articulam com recursos comunitários para ampliar a efetividade do cuidado, valorizando práticas vinculadas à RD e ao cuidado em liberdade. Entretanto, a literatura evidencia tensões importantes entre perspectivas biomédicas orientadas pela abstinência e abordagens psicossociais, mais alinhadas à RD. Reis et al. (2022) mostram que essas divergências geram interpretações distintas sobre autonomia, protagonismo do usuário e objetivos terapêuticos, revelando fragilidades na consolidação da política de RD nos serviços.

O conceito de autonomia ocupa lugar central nas discussões sobre cuidado em álcool e outras drogas. Martins et al. (2022) destacam que a construção de autonomia envolve dimensões subjetivas, relacionais e sociopolíticas, articulando protagonismo, vínculos e participação social. Em uma perspectiva psicossocial, autonomia não significa independência absoluta, mas capacidade de participar das decisões relacionadas ao cuidado e de acessar direitos e recursos que permitam ampliar possibilidades de vida. A RD, ao reconhecer o ritmo e as escolhas de cada sujeito, favorece a construção de processos autônomos e corresponsáveis.

O estigma associado ao uso de drogas é outro elemento transversal ao debate. Malagodi et al. (2019) evidenciam que o estigma internalizado fragiliza vínculos, intensifica o sofrimento e reduz a busca por cuidado. Práticas comunitárias, grupos terapêuticos, atividades físicas e intervenções culturais têm sido reconhecidas como estratégias capazes de reduzir estigma e promover inclusão, fortalecendo autoestima



**Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

e engajamento no cuidado. Essas abordagens ampliam os espaços de convivência e expressão, contribuindo para que os sujeitos se reconheçam a partir de suas singularidades, e não apenas do uso da substância.

No campo das políticas públicas, a trajetória da RD no Brasil está intimamente ligada à Reforma Psiquiátrica e à consolidação da RAPS. Inglez-Dias et al. (2014) destacam que programas pioneiros de RD contribuíram para fundamentar diretrizes de cuidado centradas em direitos humanos, redução de vulnerabilidades e valorização da vida no território. No entanto, estudos recentes apontam retrocessos expressivos na política nacional de drogas. Santos e Gondim (2022) evidenciam que mudanças recentes priorizaram modelos abstencionistas e comunidades terapêuticas em detrimento de serviços comunitários, resultando em descontinuidade das práticas de RD e precarização da rede de cuidado.

A literatura também apresenta estratégias de RD específicas para diferentes grupos e substâncias, como usuários de álcool, crack e esteroides anabolizantes. Pesquisas nacionais e internacionais como as de Kimergård e McVeigh (2014) e Vallance et al. (2016) demonstram que programas de RD precisam oferecer ações adaptadas às características e necessidades de cada população, incluindo insumos, orientação técnica, redução de riscos e práticas educativas. Essa diversidade reforça a flexibilidade e a capacidade adaptativa da RD, que se estrutura como um paradigma de cuidado relacional, territorial e centrado no sujeito.

Dessa forma, o referencial teórico que sustenta a Redução de Danos articula dimensões éticas, políticas, clínicas e sociais que entendem a complexidade da dependência química e defendem práticas de cuidado baseadas na autonomia, no vínculo, na cidadania e na dignidade humana. Ao integrar práticas comunitárias, culturais, clínicas e educativas, a RD se consolida como uma abordagem ampliada, capaz de produzir cuidado mais próximo das realidades e das necessidades dos sujeitos, fortalecendo redes de apoio e reduzindo vulnerabilidades.





## **Metodologia**

Este estudo consiste em uma Revisão Integrativa da Literatura, método que permite reunir e sintetizar evidências sobre determinado fenômeno, integrando estudos teóricos e empíricos de diferentes delineamentos (Whittemore & Knafl, 2005). A revisão foi conduzida de forma sistematizada, seguindo as etapas recomendadas para garantir rigor e reprodutibilidade.

A pergunta norteadora foi elaborada com base na estratégia PICO, definindo-se como População pessoas com uso problemático ou dependência de substâncias psicoativas; Intervenção, estratégias e práticas de Redução de Danos; e Contexto, serviços de saúde, redes psicossociais e políticas públicas. A questão que orientou a revisão foi: Quais estratégias de Redução de Danos têm sido identificadas na literatura científica e como são descritos seus efeitos no cuidado de pessoas com transtornos relacionados ao uso de substâncias?

A busca bibliográfica foi realizada nas bases BVS, CAPES e PubMed, utilizando descritores em português e inglês. Foram empregados termos como “Redução de Danos”, “Dependência Química”, “Substâncias Psicoativas”, “Usuários de Drogas” e “Saúde Pública”, além de combinações como “Redução de Danos OR Dependência Química”, “Substâncias Psicoativas OR Redução de Danos” e “Usuários de Substâncias Psicoativas OR Dependência Química”, articulados com operadores booleanos AND/OR para ampliar e refinar a busca.

Foram incluídos artigos publicados entre 2014 e 2024, disponíveis na íntegra, nos idiomas português e inglês, e que abordassem intervenções, práticas ou políticas de Redução de Danos. Foram excluídos artigos duplicados, editoriais, teses e dissertações, estudos com animais e pesquisas que tratassem apenas do modelo abstencionista. A seleção ocorreu em três etapas: leitura de títulos, leitura de resumos e leitura completa dos estudos elegíveis.



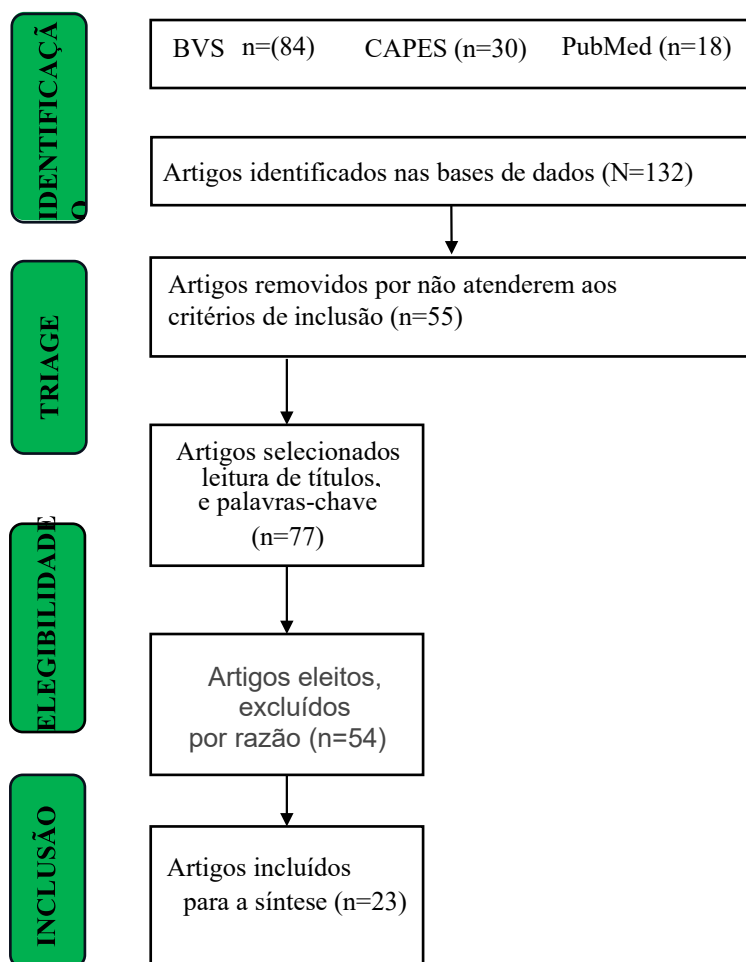


Para organização das informações, foi elaborada uma tabela contendo autor, título, ano, DOI, objetivo, metodologia, resultados e conclusões. A análise dos dados seguiu abordagem qualitativa, baseada na ordenação, categorização e síntese interpretativa conforme Minayo (2015), permitindo identificar e agrupar eixos temáticos sobre a Redução de Danos em diferentes contextos de cuidado, como CAPS AD, Consultório na Rua e intervenções comunitárias. Por tratar-se de uma revisão de literatura com uso exclusivo de materiais publicados e de domínio público, o estudo dispensa apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa, conforme normas do Conselho Nacional de Saúde.

## **Resultados**

Identificou-se, um total de 132 estudos nas referidas bases de dados (figura 1). Desses, foram excluídas 55 publicações, restando 77. Posteriormente, a leitura dos títulos e resumos foi realizada, levando em consideração os critérios de inclusão e exclusão. Como resultado desse processo, 55 artigos foram excluídos e outras 77 análises se adequaram aos critérios de elegibilidade. Portanto, iniciou-se a leitura integral e em profundidade desses estudos, restando 77. Contudo, os títulos foram reavaliados e filtrados resultando na amostra final de 23 artigos. Os artigos incluídos nesta síntese foram desenvolvidos no Brasil ( $n = 21$ ), Reino Unido ( $n = 1$ ), Canadá ( $n = 1$ ).

**FIGURA 01** *Fluxograma das buscas de seleção dos artigos da revisão de literatura.*



**Fonte:** Autores (2025)

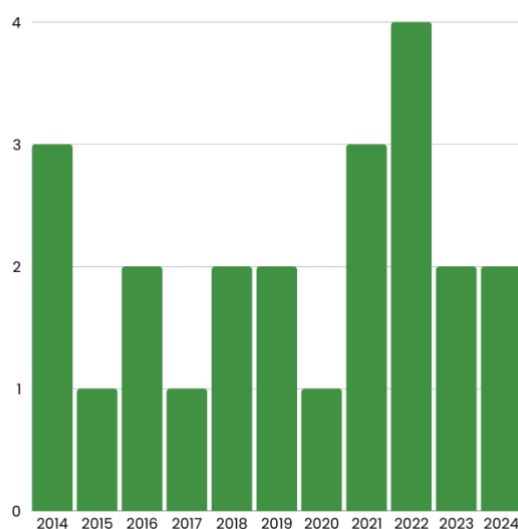
A amostra final desta revisão é composta por 23 publicações, cuja análise revelou um panorama dos métodos, período e idiomas. Em relação a estrutura metodológica, a maioria das pesquisas analisadas adotou uma abordagem qualitativa (n=13), focando em estudos etnográficos, entrevistas e observação participativa. Essa descoberta indica a necessidade de aprofundar o entendimento das experiências subjetivas de usuários e profissionais no contexto da Redução de Danos. O restante da amostra se dividiu entre artigos de abordagem quantitativa (n=2), que geralmente avaliaram escalas de autoeficácia, além de estudos mistos que combinam métodos



qualitativos e quantitativos (n=1) e revisões de literatura (n=7), que sistematizaram o conhecimento produzido. Na Figura 2, encontramos as informações referentes a quantidade de artigos.

**Figura 2**

Quantidade de publicações por ano



**Fonte:** Autores (2025)

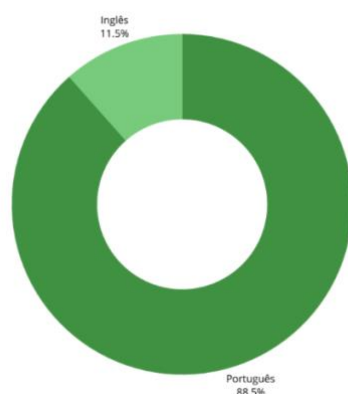
Além disso, observou-se que a temática da RD ganhou maior relevância nos últimos anos, com a maior concentração de publicações no ano de 2022 (n=4). Em contrapartida, os anos de 2015, 2017 e 2020 apresentaram o menor número de publicações (n=1). De todo o material analisado, a predominância foi de artigos escritos em língua portuguesa (n=20), o que sinaliza a vasta produção nacional sobre o tema. Contudo, a revisão incorporou estudos em língua inglesa (n=3), essenciais



para uma visão ampliada das práticas internacionais. A comparação da produção por idioma está detalhada na Figura 3.

### **Imagem 3**

Quantidade de publicações por idioma.



**Fonte:** Autores (2025).

A investigação dos 23 artigos revelou uma forte concentração da produção científica em torno dos serviços de saúde, com ênfase nas práticas de Redução de Danos (RD). Embora a maioria das pesquisas seja revisões integrativas, ou, estudos em Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD), há também um subconjunto relevante da literatura (cerca de 21,7% da amostra) que destacou a importância das equipes de Consultório na Rua (CnaR). Os estudos sobre CnaR, como o de Bittencourt et al (2019), sublinham a importância de um apoio estrutural mais robusto e o desenvolvimento de estratégias para combater o estigma, a fim de aumentar a eficácia das iniciativas de cuidado e inclusão social. A análise indica que a RD não se limita aos serviços especializados, mas se expande para o território e para o cuidado social.



## A proposta contemporânea de cuidado à dependência química

A categoria visa apresentar as propostas de manejo e intervenção diante de quadros de dependência química na sociedade contemporânea. São estudos que descrevem práticas de cuidado realizadas em contextos de rua, consultório na rua, projetos de informação em espaços públicos.

Machado et al (2024) com o objetivo de Discutir a possível função de insumo das práticas artísticas e culturais no contexto da Redução de Danos (RD), utilizando Pesquisa etnográfica desenvolvida no Ponto de Cultura do Centro de Convivência “É de Lei”, localizado em São Paulo- SP, em dois momentos: no primeiro, em outubro de 2016, realizou-se observação participante das atividades artísticas e culturais. No segundo, em novembro de 2016, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com profissionais e frequentadores. O estudo identificou e descreveu práticas artísticas e culturais, bem como investigar suas possíveis relações com os insumos em RD na produção do laço social. A análise e a discussão dos dados foram embasadas por conceitos na interface entre a Saúde Coletiva e a Psicanálise. A pesquisa caracterizou o insumo em RD como promotor de vínculo entre o toxicômano e quem o oferta, com potencial para deslocar o sujeito da relação solitária estabelecida com a substância na direção dos laços sociais que possibilitam exercer sua condição de sujeito singular na cultura.

Por sua vez, Machado & Simas (2017), no artigo Redução de Danos, insumos e experiência estética: uma análise da prática no consultório na rua, têm como objetivo analisar o cotidiano dos profissionais do consultório na rua (CnaR) no atendimento a pessoas em situação de rua e usuárias de crack no município do Rio de Janeiro, destacando a experiência estética como possível recurso para as práticas de Redução de Danos (RD). Trata-se de um estudo qualitativo e descritivo, fundamentado na análise das práticas de uma equipe de consultório na rua que atuou com usuários de crack entre outubro de 2012 e abril de 2013 no Complexo do Lins de Vasconcelos, no



Rio de Janeiro. O estudo utilizou observações das ações desenvolvidas e considerou o contexto sociocultural do território como parte essencial da análise. Os resultados apontam que a experiência estética pode atuar como um recurso mediador na redução de danos, ampliando o acesso ao cuidado, fortalecendo vínculos e criando possibilidades de aproximação entre equipe e usuários. Destacou também os desafios relacionados ao aumento do consumo de crack nos grandes centros urbanos e a necessidade de recursos inovadores para lidar com contextos de vulnerabilidade.

Por outro lado, Bittencourt et al. (2019), com o objetivo de analisar as práticas assistenciais desenvolvidas pelos profissionais das equipes do Consultório na Rua (eCR) sobre o cuidado prestado a usuários de álcool e outras drogas no município de Macapá, Amapá, realizaram um estudo descritivo e qualitativo entre abril e junho de 2017, com dez profissionais das equipes do Consultório na Rua de Macapá. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, baseadas em cinco questões norteadoras sobre estratégias, facilidades e dificuldades do cuidado aos usuários de álcool e outras drogas. O material foi analisado por meio da Análise de Conteúdo Temática Categorical de Bardin. O estudo identificou que as práticas de cuidado realizadas no Consultório na Rua são fundamentadas na estratégia de Redução de Danos (RD), priorizando o fortalecimento do vínculo entre equipe e usuários, além da articulação com os serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Os profissionais destacaram que o vínculo favorece o acesso aos serviços de saúde e promove o cuidado contínuo, reduzindo barreiras decorrentes do estigma social. Entre os fatores que dificultam o cuidado, foram apontados o déficit de estrutura adequada, a carência de recursos materiais e humanos, bem como o preconceito de outros profissionais e da sociedade.

Por sua perspectiva, Silva e Costa (2016), ao analisar a importância do projeto “Saúde (de Cara) na Rua” com o objetivo central de compreender a informação como ferramenta eficaz para reduzir os danos associados ao uso de substâncias psicoativas, bem como examinar como iniciativas educativas em espaços públicos



contribuem para a desmistificação do uso de drogas, redução de preconceitos e promoção do cuidado. A pesquisa adotou metodologia qualitativa, com delineamento exploratório-prospectivo, e incorporou pressupostos teóricos do campo da saúde coletiva e do direito, analisando também a experiência prática do projeto “Saúde (de Cara) na Rua”, desenvolvido pelo CETAD, como estudo de caso. Os resultados apontaram que o projeto atua como importante recurso de prevenção e redução de danos por meio da difusão de informações em espaços públicos, utilizando atividades lúdicas, panfletagem, acolhimento e encaminhamento para tratamento. Os autores constatarem que o projeto “Saúde (de Cara) na Rua” funciona como uma ferramenta efetiva de prevenção e redução de danos por meio da difusão de informação em espaços públicos, com atividades lúdicas, panfletagem, acolhimento e encaminhamento para tratamento. Verificam que essa abordagem amplia o contato com diferentes públicos, incluindo usuários, dependentes e pessoas não usuárias curiosas, o que fortalece o acesso à informação, desmistificação do uso de drogas e redução do estigma. Observam também que existe uma tensão entre discursos convencionais (abstinência, medo) e as práticas da redução de danos, mas que iniciativas informativas ajudam a deslocar esse paradigma.

Ademais, Teixeira et al. (2015), com o objetivo de conhecer as estratégias desenvolvidas por usuários de crack para lidar com os riscos decorrentes do consumo da droga, realizaram um estudo qualitativo, descritivo e exploratório com usuários de crack em Pelotas (RS), que faziam uso da substância havia pelo menos um ano. A coleta de dados ocorreu em 2011, por meio de entrevistas semiestruturadas, com o auxílio de redutores de danos que facilitaram o contato com os participantes. A análise foi conduzida a partir da técnica de análise temática, organizando as informações em categorias referentes aos riscos e às estratégias de enfrentamento. O estudo identificou e descreveu os principais riscos relatados que foram físicos e psicológicos, incluindo agressões, infecções (como HIV e hepatite), desnutrição, insônia, depressão e exclusão social. Também citaram comportamentos de risco, como prostituição,





roubos e compartilhamento de cachimbos. Entre as estratégias de redução de danos, os usuários mencionaram o uso individual da droga para evitar conflitos, o autocuidado (alimentar-se, hidratar-se e descansar), o uso de preservativos, o consumo de maconha após o crack para diminuir a fissura, o controle da quantidade usada e o cuidado com o cachimbo para evitar contaminações.

### Práticas Institucionais e Desafios Profissionais na Atenção Psicossocial.

Esta categoria aborda os modos de organização e atuação das equipes multiprofissionais nos serviços de atenção psicossocial, com destaque para os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD). Os estudos agrupados aqui investigam como a política de redução de danos é efetivada nesses espaços formais de cuidado, revelando tensões entre saberes técnicos, práticas institucionais e as necessidades de formação e gestão dos profissionais envolvidos.

O estudo de Anna Regina Machado, et al. teve como objetivo compreender como vêm sendo desenvolvidas as práticas dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD), especialmente no que diz respeito à atenção psicossocial e à redução de danos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada por meio de observação participante e entrevistas semiestruturadas com gerentes, usuários, familiares e trabalhadores de três CAPS AD em Belo Horizonte (MG). Os resultados mostraram que os serviços priorizam práticas voltadas ao acolhimento, ao fortalecimento de vínculos sociais e à atenção aos compromissos de cuidado. Além disso, adotam a lógica da atenção psicossocial e da redução de danos, articulando-se com os recursos comunitários e territoriais para ampliar a efetividade das ações.

Ademais, o estudo de Luiz Alberto Teixeira Pires da Silva, et al.(2021), teve como objetivo conhecer a percepção dos familiares frente à dependência química e compreender de que forma a inserção da família no processo terapêutico pode auxiliar no tratamento e na recuperação do dependente. Trata-se de uma pesquisa-ação, de



natureza qualitativa e descritiva, realizada no Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) de Volta Redonda (RJ), com a participação de 24 familiares de usuários atendidos no serviço. A coleta de dados ocorreu por meio de grupos familiares, nos quais foram realizadas discussões e observações registradas pelos pesquisadores. A análise organizou os resultados em duas categorias temáticas: sintomas de desequilíbrio familiar e o grupo familiar como ferramenta no tratamento das relações. Os principais sintomas observados foram sofrimento e desequilíbrio emocional, que dificultavam a imposição de limites e a convivência com o dependente químico. O impacto da dependência na família mostrou-se intenso, gerando emoções distorcidas e relações conflituosas. Entretanto, a participação nos grupos familiares possibilitou aos participantes uma melhor compreensão do processo de dependência química, além de favorecer a comunicação e o fortalecimento dos vínculos com o usuário. O grupo revelou-se, assim, uma estratégia eficaz de cuidado, capaz de fortalecer tanto o dependente quanto seus familiares.

Por outro lado, Roberto Rocha Coelho Pires & Maria Paula Gomes dos Santos (2021), teve como objetivo analisar os desafios e tensões presentes na atuação multiprofissional nos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS AD), observando de que forma diferentes formações e perspectivas influenciam a implementação das estratégias de redução de danos e o cuidado oferecido aos usuários. Trata-se de uma pesquisa qualitativa desenvolvida no CAPS AD do Distrito Federal, que envolveu observações das práticas cotidianas, entrevistas com profissionais e análise das concepções e modos de operacionalização da política de redução de danos dentro das equipes multiprofissionais. Os resultados evidenciaram grande variação na forma como os profissionais compreendem e aplicam a redução de danos, associada às diferenças entre os campos de formação psicossocial e biomédico. Essas divergências geraram interpretações distintas sobre cuidado, abstinência, liberdade e protagonismo do usuário, ocasionando conflitos internos que impactaram negativamente a continuidade e a coerência do cuidado. Apesar disso,



foram identificados esforços de gestão e diálogo interdisciplinar voltados a mitigar essas tensões e favorecer práticas mais integradas e humanizadas.

Por sua vez, Anna Beatriz de Almeida Gomes Souza et al. (2022), teve como objetivo relatar a experiência de uma enfermeira que atuou em um grupo terapêutico de ajuda mútua voltado à assistência de pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, no contexto de um CAPS, entre abril de 2018 e dezembro de 2020. Trata-se de um relato de experiência, de caráter descritivo e qualitativo, fundamentado no período de atuação da profissional no grupo terapêutico. O estudo consistiu na descrição das atividades implementadas, bem como na percepção da enfermeira sobre seu trabalho nesse contexto. As informações apresentadas derivam diretamente de sua prática e observações, evidenciando que sua inserção possibilitou o estabelecimento de atividades específicas no grupo, a aproximação dos pacientes às ações do CAPS, a ampliação da variedade de atividades oferecidas, o reconhecimento de demandas relacionadas ao uso de drogas e a manutenção da continuidade do atendimento. Além disso, a atuação contribuiu para fortalecer a assiduidade dos pacientes ao tratamento terapêutico e estimular a corresponsabilização pelo cuidado junto à rede de apoio.

Por sua perspectiva, Janaina Pinto Janini et al.(2022), teve como objetivo analisar o cuidado de enfermagem no processo de inclusão territorial de usuários em situação de abuso de substâncias durante a pandemia. Trata-se de um estudo de caso instrumental coletivo, que utilizou as narrativas de vida de quatro enfermeiras atuantes em Centros de Atenção Psicossocial para álcool e outras drogas no município do Rio de Janeiro. Os relatos evidenciaram que pessoas em situação de abuso de substâncias são frequentemente invisibilizadas, higienizadas e interditadas em seus próprios territórios, revelando a ausência de interesse social em acolhê-las dentro da comunidade. Como consequência, esses indivíduos permanecem à margem, em condições precárias e de rua. Diante desse cenário, as enfermeiras buscaram estabelecer mediações junto aos usuários, suas famílias e a comunidade,



de modo a garantir condições mínimas de existência frente ao isolamento e às adversidades estruturais e psicossociais intensificadas pela pandemia.

O artigo de Reis et al (2022) teve como objetivo analisar como os profissionais de um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad) compreendem e aplicam a política de redução de danos no cotidiano do atendimento às pessoas que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas. A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma metodologia qualitativa, de caráter descritivo, utilizando entrevistas semiestruturadas com trabalhadores do serviço. As falas coletadas foram submetidas à técnica de análise de conteúdo, buscando identificar como esses profissionais concebem e operacionalizam a política de redução de danos em suas práticas diárias. Os resultados evidenciaram que há compreensões diversas e, em alguns casos, contraditórias sobre o conceito de redução de danos, já que parte dos entrevistados ainda associa o cuidado à ideia de abstinência total, o que revela a persistência de um modelo biomédico de tratamento. Por outro lado, também foram observadas práticas alinhadas à política de redução de danos, como o acolhimento sem exigência de abstinência, o respeito à autonomia do usuário e o acompanhamento contínuo voltado para o fortalecimento de vínculos sociais e familiares. O estudo concluiu que a efetivação da política ainda se mostra frágil e depende em grande medida do comprometimento individual dos profissionais e do suporte institucional, destacando a necessidade de maior investimento em formação, sensibilização e apoio para que a abordagem de redução de danos seja consolidada no cotidiano dos serviços.

Souza et al. (2017), teve como objetivo analisar as resistências apresentadas pelos profissionais de saúde mental em relação à implementação da política de redução de danos nos dispositivos de atenção psicossocial voltados para álcool e outras drogas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória, realizada entre agosto e dezembro de 2012, com a participação de dez profissionais que atuavam nesses serviços. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, e a análise foi conduzida pelo método hermenêutico-dialético. O projeto foi aprovado



pelo Comitê de Ética em Pesquisa, conforme o CAAE nº 0005.0.196.000-11. Os resultados evidenciaram resistências significativas por parte dos profissionais, relacionadas a atitudes e práticas ainda fortemente influenciadas pela psiquiatria tradicional, que prioriza a abstinência total como meta de tratamento. Observou-se dificuldade em romper com concepções antigas e em adotar práticas alinhadas ao paradigma da redução de danos, o que compromete a efetividade dessa estratégia nos serviços de atenção psicossocial. A pesquisa reforça que a consolidação da redução de danos exige não apenas mudanças individuais, mas também uma transformação cultural e institucional no modo de compreender e lidar com o uso abusivo de álcool e outras drogas.

### **Estratégias contemporâneas de redução de danos.**

A categoria visa apresentar revisões, estudos piloto e sínteses sobre estratégias de redução de danos, com foco na sumarização de evidências e técnicas. São revisões integrativas e sistemáticas que mapeiam práticas, avanços e lacunas na literatura nacional e internacional. Gomes & Vecchia (2018), demonstram o artigo com o objetivo de sistematizar experiências de atenção à saúde de pessoas que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas com base nas diretrizes de redução de danos, no Brasil e no mundo; analisar avanços e impasses na implementação de estratégias de redução de danos; comparar as diferentes abordagens nos serviços e ações de cuidado oferecidas aos usuários. Revisão de literatura com levantamento bibliográfico de artigos em português e inglês publicados nos últimos dez anos (antes de 2018) nas bases SciELO, Lilacs, Medline e PsychInfo. Depois da seleção do corpus, aplicou-se meta síntese para integrar os materiais obtidos. Critérios de inclusão: relatórios de experiência profissional ou de gestão, qualitativos ou quantitativos, conteúdo descrevendo serviços de redução de danos; exclusão de artigos que não estavam em português ou inglês. Identificação de várias técnicas de redução de danos, como kits de redução de danos (seringas, água de diluição, preservativos, etc.),



**Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

aconselhamento e informação, ações de saúde básica e serviços intersetoriais. Diversidade nos locais de atuação: cena de uso, unidades volantes, domicílios, espaços de cuidado com vulnerabilidade social, atenção básica, contexto hospitalar, redes de assistência social. População-alvo variada: usuários de drogas injetáveis, usuários de álcool, outras drogas, populações vulneráveis, comunidades marginalizadas. Avanços: consolidação da redução de danos como estratégia tanto preventiva quanto terapêutica; existência de iniciativas com financiamento público; reconhecimento crescente dos direitos humanos e cidadania dos usuários; incorporação progressiva em políticas de saúde. Impasses: barreiras políticas, valores morais e estigmas; dificuldade de mensuração de resultados; insuficiente capacitação de profissionais; baixa cobertura ou escala de algumas experiências; falta de institucionalização legal em alguns contextos.



**Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Além disso, Assunção et al (2019), demonstra o artigo com o objetivo de apresentar reflexões acerca do projeto terapêutico singular (PTS) como tecnologia de cuidado na atenção psicossocial a pessoas com problemas decorrentes do uso de drogas e os seus efeitos da sua adoção na formação de estudantes de Psicologia. O Programa de Extensão 'Eiras e Beiras: Atenção Psicossocial em Álcool e Outras Drogas - Consolidando Redes, Garantindo Direitos' foi desenvolvido no formato ora relatado durante os anos de 2014 e 2015. Dentre seus objetivos, estava a oferta de oportunidade formativa nessa área em cenários de prática diversos. Para tal, foram desenvolvidas atividades de atenção psicossocial em álcool e outras drogas, visando colaborar com a consolidação de uma rede de cuidados integrada e articulada, por meio de ações que priorizassem a garantia dos direitos humanos das pessoas atendidas. As dez primeiras autoras do presente trabalho foram as estagiárias componentes das atividades realizadas durante o ano de 2014, e o autor é o coordenador do Programa de Extensão e supervisor acadêmico do projeto. O desenvolvimento do estágio acadêmico profissionalizante possibilitou identificar três elementos como aspectos fundamentais da atenção psicossocial às pessoas com problemas decorrente do uso de drogas: (a) a abordagem familiar, (b) o estabelecimento de vínculos e (c) o respeito à autonomia.

Aragão et al (2022), demonstra o artigo com o objetivo de identificar práticas de cuidado utilizadas em estratégias de redução de danos (RD) dirigidas a pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas, mapeando orientações de autocuidado, recomendações para profissionais de saúde e programas/estratégias que visam prevenir danos, utilizando como metodologia a revisão integrativa da literatura com busca (agosto de 2019) nas bases Lilacs (BVS), Web of Science, Scielo e PubMed.





**Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Período considerado: 2005–2019. Foram usados descritores DeCS/MeSH (“redução de danos/harm reduction”, “autocuidado/self care”, “estratégias/strategies”) combinados por AND. Critérios: artigos completos em português, inglês ou espanhol; exclusão de duplicatas, editoriais, manuais, dissertações e teses. Triagem inicial por títulos/resumos, seguida de leitura completa; análise feita por duas autoras independentes; 10 estudos selecionados. Os níveis de evidência foram classificados (I a VI) e o estudo respeitou normas éticas aplicáveis e em seus resultados foram incluídos 10 principais artigos, realizados em países como Brasil, Canadá, Inglaterra, Dinamarca, África do Sul e Austrália. Os achados foram organizados em três temáticas principais: Orientações sobre autocuidado e redução de danos; Orientações para profissionais de saúde; Estratégias e programas de prevenção de danos. Esses eixos demonstraram potencial para manter usuários inseridos na rede de atenção à saúde, promover vínculo terapêutico e reduzir danos imediatos.



Ademais Vallance, et al (2016), demonstra o artigo com o objetivo de avaliar as evidências disponíveis sobre estratégias de redução de danos aplicadas a pessoas que injetam esteroides anabolizantes e outras drogas para fins de aprimoramento de imagem e desempenho (IPEDs), buscando identificar práticas eficazes e lacunas no conhecimento científico. Revisão sistemática, foram incluídos estudos que abordassem estratégias, programas ou intervenções de redução de danos voltados a pessoas que injetam esteróides. Após triagem e análise qualitativa, foram incluídos 38 estudos (majoritariamente do Reino Unido e da Austrália), com diferentes delineamentos, quantitativos, qualitativos e mistos. A revisão mostrou que, embora haja expansão da presença de usuários de esteróides nos programas de troca de seringas e clínicas de redução de danos, ainda existe pouca evidência científica sólida sobre a efetividade das intervenções voltadas a esse público. A maioria dos estudos relatou prevalência crescente de injeções não médicas de esteroides e uso de seringas compartilhadas, o que aumenta o risco de transmissão de infecções como HIV, hepatites B e C. As intervenções identificadas incluíram a oferta de material estéril, aconselhamento sobre injeção segura, campanhas educativas, triagens médicas e programas de outreach em academias. No entanto, há grande variação na implementação, qualidade e cobertura dos serviços, além de ausência de estudos longitudinais que avaliem impacto clínico.

Por sua vez, Fensterseifer (2014), demonstra o artigo com o objetivo de buscar verificar se o modelo de tratamento coercitivo oferecido pelo programa das Varas de Dependência Química possui respaldo nos princípios da bioética, avaliando conceitos, propósitos e métodos do programa, bem como sua configuração como política pública relacionada ao uso de drogas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica (revisão / estudo documental), que utiliza fontes teóricas e documentos disponíveis em bibliotecas e sites indexadores para discutir os fundamentos éticos, jurídicos e bioéticos do programa das Varas de Dependência Química. O autor identifica que, embora haja pontos do



programa que necessitam de maior discussão e regulamentação, existe a possibilidade de que o programa de Varas de Dependência Química promova uma redução de danos — tanto no plano individual quanto social — desde que o funcionamento seja regulado de modo a proteger as garantias dos participantes.

E por fim, Martins et al (2022), demonstra o artigo com o objetivo de sistematizar os conceitos de construção de autonomia sob o paradigma psicossocial no campo do cuidado a usuários de substâncias psicoativas. Revisão integrativa da literatura. Foram realizadas buscas nas bases Psycinfo, PubMed, BVS e Web of Science no período de agosto a setembro de 2019, com seleção de artigos brasileiros que abordassem o conceito de autonomia no contexto de serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) para usuários de drogas, aplicando critérios de inclusão e exclusão. Em seguida, utilizou-se análise qualitativa conforme as etapas de Minayo (ordenar, classificar, análise final) para sintetizar os conceitos e suas referências teóricas. Foram selecionados 22 estudos que trazem diferentes concepções de “construção de autonomia”, fundamentadas em seis principais teorias: atenção psicossocial, redução de danos, promoção de saúde, saúde coletiva, teoria das redes de suporte e teoria do cuidado. A partir desses conceitos, emergiram categorias como “resgate de poder contratual”, “corresponsabilidade”, “desenvolvimento de vínculos”, “autocuidado com coparticipação”, entre outras. Esses elementos foram organizados em três dimensões inter relacionadas da construção de autonomia: 1. dimensão da singularidade (resgate de autonomia no processo terapêutico); 2. dimensão dos vínculos (construção corresponsável com a alteridade); 3. dimensão social e política (autonomia em amplitude coletiva, com participação sociopolítica e ampliação de direitos). Foi observado que a construção de autonomia depende de ações em múltiplos níveis (indivíduo, serviço, território, políticas) e que há tensões práticas e institucionais que dificultam sua efetivação, especialmente no contexto das mudanças recentes na política nacional de drogas (ex: retrocessos na ênfase à redução de danos). Também



apontou-se que muitos dispositivos de saúde ainda têm dificuldades para sair de práticas tutelares ou normativas que limitam a autonomia dos usuários.

### **As políticas públicas de drogas no Brasil.**

A categoria visa apresentar as políticas de redução de danos e o financiamento das ações públicas no campo das drogas. **São estudos que analisam práticas, desafios e modelos de atenção utilizados no cuidado às pessoas que usam álcool e outras drogas, descrevendo desde experiências de programas específicos até mudanças recentes nas diretrizes de saúde mental no país.**

A Inglez Diaz et al. (2014) abordaram o desenvolvimento e a implementação de políticas de redução de danos no Brasil, especialmente no contexto da epidemia de HIV entre usuários de drogas injetáveis (UDI) e do uso de crack, discutindo práticas, desafios e resultados observados. Registrar e discutir práticas de redução de danos observadas em um programa de pesquisa e atenção aos usuários de drogas injetáveis (UFO), identificando dificuldades, potencialidades e lições para o cenário brasileiro. Usando da Pesquisa documental, observação sistemática, entrevistas com informantes-chave e análise das iniciativas de redução de danos, com foco no programa UFO, os autores identificaram pontos-chave como: dificuldades de financiamento, desafios de sustentabilidade, adesão dos usuários, avaliação de resultados e características positivas do programa UFO. O UFO foi reconhecido como exemplo exitoso, com impactos positivos no acesso a serviços e no engajamento dos usuários.

Contudo, Santos & Gondim (2022) analisaram o financiamento das políticas públicas sobre drogas no Brasil, destacando os modelos de financiamento e como os referenciais teóricos influenciam as práticas e diretrizes dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente no campo da atenção psicossocial e do cuidado em saúde mental. As autoras utilizaram um estudo teórico e documental, com base em análise de políticas públicas e revisão bibliográfica sobre o financiamento e a evolução



histórica das políticas de atenção às pessoas com transtornos relacionados ao uso de álcool e outras drogas. O artigo discute documentos legais e normativos, como: Lei no 10.216/2001 (Lei da Reforma Psiquiátrica), Portarias no 3.088/2011 e no 2.197/2004, e o Decreto Presidencial no 9.761/2019, que instituiu a nova Política Nacional sobre Drogas (PNAD). Adicionalmente houve mudanças nos modelos de atenção: o modelo psicossocial e de redução de danos, inicialmente predominante, vem sendo substituído gradualmente por um modelo mais abstencionista e biomédico, com ênfase em internações e comunidades terapêuticas. O financiamento público passou a privilegiar estruturas fechadas e hospitalocêntricas, em detrimento de serviços abertos e comunitários como os CAPS AD (Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas). Esse redirecionamento gerou precarização da rede de atenção psicossocial e retrocesso nas práticas de cuidado baseadas em direitos humanos e cidadania.

#### Populações e substâncias específicas

A categoria busca apresentar propostas de manejo e intervenção voltadas para grupos ou substâncias particulares, considerando adaptações das práticas de Redução de Danos. São estudos que descrevem estratégias de cuidado relacionadas ao uso de esteróides anabolizantes, álcool e crack, bem como reflexões sobre estigma e intervenções focais.

Kimergård & McVeigh (2014) investigam como os programas de redução de danos vêm sendo estruturados e aplicados a usuários de esteroides anabolizantes (IPEDs) no Reino Unido, identificando dilemas e variações nas práticas enfrentadas por provedores e usuários. Com um estudo qualitativo realizado em diferentes áreas da Inglaterra e País de Gales, entre 2009 e 2011. Foram entrevistados nove provedores de serviços (enfermeiros, médicos e profissionais de agências) e 24 usuários de esteróides, recrutados em clínicas específicas, serviços de troca de



seringas (NSPs). As entrevistas foram transcritas e analisadas para identificar percepções, experiências e tensões sobre os serviços de redução de danos. Onde o estudo revelou que grande variabilidade entre os serviços de redução de danos, de um lado, tem a ideia de distribuir seringas amplamente para o máximo de pessoas possível. Do outro, tem a visão de que é importante manter o contato direto com os profissionais de saúde para orientar e educar, mesmo que isso alcance menos gente, considerado importante para educação em saúde e prevenção. Também emergiram divergências sobre até que ponto fornecer informações técnicas sobre dosagem poderia constituir redução de danos. Os locais que ajudam essas pessoas são bem diferentes entre si, alguns funcionam como clínicas e oferecem exames, enquanto outros apenas distribuem agulhas e seringas por meio de pessoas que já usam. Muitas pessoas que usam esteroides evitam os programas tradicionais de agulhas e seringas por medo de serem vistas como "viciadas em drogas". Eles preferem buscar ajuda em locais mais discretos, como academias, para não serem julgados.

Por sua vez, Pegoraro et al (2024) avaliam a autoeficácia para abstinência e tentação para uso de substâncias psicoativas entre usuários em acompanhamento de um programa de cuidados de enfermagem especializado em dependência química. Com um estudo transversal, descritivo, de abordagem quantitativa. A amostra foi composta por usuários que responderam um questionário contendo informações sociodemográficas, padrão de consumo de substâncias e tratamento, avaliação da autoeficácia para abstinência e tentação para uso de substâncias psicoativas. A coleta de dados ocorreu entre janeiro e março de 2022. Análise descritiva simples e medidas de dispersão para cada fator e a escala global foram usadas. Onde os participantes eram homens adultos, brancos, escolarizados, com emprego formal e renda, possuíam suporte social e familiar, usuários de álcool e tabaco. Identificaram-se níveis elevados de autoeficácia para abstinência na avaliação global da escala (3,7/DP 1,2) e no fator "preocupações" (3,9/DP 1,1). A avaliação global da escala de tentação foi



Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

de 2,4 (DP 1,4), sendo as maiores médias nos fatores "emoções negativas" (2,5/DP 1,5) e "abstinência/impulso" (2,5/DP 1,5),

### **Intervenções sobre autonomia, arte e estratégias de acolhimento.**

A categoria reúne estudos que investigam e propõem intervenções não clínicas como práticas artísticas, atividades esportivas, ações culturais e dinâmicas de grupos utilizadas como ferramentas de Redução de Danos. São pesquisas que descrevem propostas de acolhimento, fortalecimento de redes, construção de autonomia e uso de recursos comunitários e coletivos para promover bem-estar, inclusão social e práticas de cuidado centradas na autodeterminação dos participantes. **São artigos que tratam de insumos culturais, construção de autonomia, atividade física e grupos terapêuticos como ferramentas de Redução de Danos.**

Malagodi et al (2019) a fim de analisar o nível de estigma internalizado em indivíduos internados para tratamento da dependência química e investigar a relação entre esse estigma internalizado e a prática de atividade física (há quanto tempo e em que intensidade) nos doze meses anteriores à internação, utilizando pesquisa descritiva-correlacional envolvendo 106 homens que estavam no início (1ª ou 2ª semana) do tratamento em comunidades terapêuticas de Londrina (PR). Eles responderam a questionários: um para medir estigma internalizado adaptado para dependentes de substâncias (ISMI-BR com itens como alienação, percepção de discriminação, evitação social, etc.), e outro (Questionário Baecke) para mensurar a prática habitual de atividade física (ocupacional, esporte/exercícios no lazer, lazer/locomoção) nos 12 meses anteriores. Análises estatísticas: estatística descritiva, correlação de Pearson, comparações por ANOVA entre grupos (idade, escolaridade, tipo de substância, tempo de uso) com significância adotada em  $p < 0,05$ . O





levantamento apresentou que os participantes apresentaram em geral níveis elevados de estigma internalizado, especialmente nos domínios de Alienação, Percepção de discriminação e Evitação social. Foi encontrada correlação inversa significativa entre o estigma internalizado (total e em grande parte dos subdomínios) e a prática de atividade física habitual: quanto maior a prática de atividade física, menor o estigma internalizado relatado. Também houve diferenças estatísticas: por exemplo, participantes mais jovens ou com escolaridade mais alta apresentaram menor evitação social. Os domínios de esporte/exercício no lazer e lazer/locomoção foram onde se viu uma relação mais forte com o estigma internalizado.

## **Discussão**

A análise das conclusões dos estudos revela que a Redução de Danos (RD) se apresenta como uma abordagem ampla, diversa e consistente para o cuidado de pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas. De modo geral, os autores convergem ao reconhecer que a RD fortalece vínculos, amplia o acesso aos serviços, reduz estigmas e favorece a autonomia dos sujeitos. Nesse sentido, Machado et al. (2024) concluem que as práticas artísticas e culturais funcionam como importantes insumos de RD ao produzir sociabilidade e deslocar a relação solitária com a droga, posição reforçada por Machado e Simas (2017), que identificam nas experiências estéticas do Consultório na Rua um potente recurso de acolhimento e fortalecimento da autonomia. Esse entendimento dialoga diretamente com Bittencourt et al. (2019), que mostram que o vínculo é a base da atuação do Consultório na Rua, embora persistam fragilidades estruturais que dificultam seu desenvolvimento.

Além disso, diversos estudos indicam que a RD não se limita às ações institucionais, mas também emerge no cotidiano dos próprios usuários. Teixeira et al. (2015) demonstram que usuários de crack adotam estratégias de autocuidado que



configuram práticas de RD, ainda que nem todos consigam mantê-las, o que reforça a necessidade de políticas adaptadas às realidades concretas desses sujeitos. Em outra perspectiva territorial, Silva e Costa (2015) evidenciam que a disseminação de informações em espaços públicos, como ocorre no projeto “Saúde de Cara na Rua”, constitui instrumento eficaz de RD por reduzir preconceitos e fomentar cidadania. Os efeitos positivos das ações coletivas também aparecem nas conclusões de Gomes et al. (2022), para quem a criação de vínculos em grupos terapêuticos aumenta a adesão, a corresponsabilização e o engajamento dos usuários no próprio processo de cuidado.

Quando observamos os serviços da Rede de Atenção Psicossocial, especialmente os CAPS AD, percebe-se um conjunto de desafios recorrentes. Souza et al. (2017) apontam que a RD enfrenta barreiras devido à persistência do modelo biomédico centrado na abstinência, enquanto Pires e Santos (2021) afirmam que a integração entre saberes biomédicos e psicossociais é indispensável para efetivar essa abordagem. Complementarmente, Reis et al. (2022) mostram que a implantação da RD no CAPS AD ainda é frágil e permeada por resistências institucionais. A importância da dimensão relacional aparece novamente nas conclusões de Silva et al. (2017), que destacam que a participação da família fortalece o tratamento e reduz recaídas, e nas de Assunção et al. (2018), que defendem que o Projeto Terapêutico Singular deve ser flexível, territorial e orientado pela autonomia — elementos essenciais para a RD.

As revisões de literatura reafirmam o potencial transformador da abordagem. Gomes e Dalla Vecchia (2018) concluem que a RD promove autonomia, inclusão e melhores condições de vida, mas ainda enfrenta barreiras políticas e morais que dificultam sua expansão. De forma semelhante, Aragão et al. (2022) afirmam que, embora as práticas coletivas de RD auxiliem na permanência dos usuários na rede, ainda faltam estudos que avaliem seu impacto na qualidade de vida. Já Vallance et al. (2016) e Kimergård e McVeigh (2014) afirmam que não existem diretrizes sólidas para



a RD no uso de esteroides, evidenciando lacunas na literatura e necessidade de estratégias específicas para esse público.

No campo das políticas públicas, observa-se um contraste significativo. Inglez-Dias et al. (2014) concluem que o Programa UFO, sustentado por financiamento adequado e continuidade das ações, gerou impactos positivos ao ampliar o acesso e o engajamento dos usuários. No entanto, Santos e Gondim (2022) evidenciam um retrocesso no cenário brasileiro, marcado pela priorização de modelos abstencionistas e pelo enfraquecimento da Rede de Atenção Psicossocial, o que compromete a efetividade da RD. Martins, Assis e Bolsoni (2021) reforçam esse quadro ao concluir que a autonomia dos usuários — eixo central da RD — depende de condições institucionais e políticas que têm sido fragilizadas nos últimos anos. Ainda nesse campo, Fensterseifer (2017) alerta para os riscos éticos das Varas de Dependência Química, que só poderiam reduzir danos se rigorosamente regulamentadas.

Intervenções complementares também se destacam nos estudos analisados. Malagodi et al. (2019) concluem que a prática de atividade física reduz o estigma internalizado e deve ser integrada ao cuidado. No contexto escolar, Moreira, Silveira e Andreoli (2019) defendem que a RD constitui abordagem mais inclusiva e efetiva do que modelos tradicionais de prevenção, ampliando a promoção de saúde entre estudantes. Durante a pandemia, Janini et al. (2020) destacam a necessidade de enfrentar a invisibilidade social e fortalecer ações territoriais e de educação popular, enquanto Pegoraro et al. (2018) concluem que compreender a autoeficácia e a tentação diante do uso é fundamental para o planejamento de intervenções que previnam recaídas.

Tomadas em conjunto, as conclusões dos autores revelam que a Redução de Danos é uma abordagem sólida, eficaz e coerente com a complexidade das trajetórias de uso de substâncias. Ao mesmo tempo, evidenciam que sua consolidação depende de condições políticas, institucionais e sociais que garantam financiamento, formação



**Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

profissional, intersetorialidade e valorização da autonomia. Embora existam limitações metodológicas nos estudos analisados, como heterogeneidade dos contextos e predominância de pesquisas qualitativas, o conjunto das conclusões aponta para a importância de expandir e fortalecer práticas de RD como estratégia indispensável dentro da política pública de saúde mental.



## Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

### Quadro 1: Distribuição dos artigos selecionados de acordo com Autores/Título, Objetivo, Metodologia, Resultados e Conclusões.

Autores/Título	Objetivo	Metodologia	Resultados	Conclusões
<p>Machado, K. da S. et al., Insumos, arte e laço social no contexto das práticas contemporâneas em Redução de Danos no Brasil. Physis 34 • 2024 •</p> <p><a href="https://doi.org/10.1590/S0103-7331202434046pt">https://doi.org/10.1590/S0103-7331202434046pt</a></p>	<p>Discutir a possível função de insumo das práticas artísticas e culturais no contexto da Redução de Danos (RD).</p>	<p>Pesquisa etnográfica desenvolvida no Ponto de Cultura do Centro de Convivência "É de Lei", localizado em São Paulo-SP, em dois momentos: no primeiro, em outubro de 2016, realizou-se observação participante das atividades artísticas e culturais. No segundo, em novembro de 2016, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com profissionais e frequentadores</p>	<p>A pesquisa caracterizou o insumo em RD como promotor de vínculo entre o toxicômano e quem o oferta, com potencial para deslocar o sujeito da relação solitária estabelecida com a substância na direção dos laços sociais que possibilitam exercer sua condição de sujeito singular na cultura.</p>	<p>O estudo considerou que as práticas artísticas e culturais podem exercer a função de insumos em RD no que concerne ao estabelecimento de laços sociais.</p>
<p>Keronlay da Silva Machado, Rodrigo Silva Simas, Redução de Danos, insumos e experiência estética: uma análise da prática no consultório na rua do município do Rio de Janeiro. <a href="#">10.47222/2526-3544.rbto4823</a></p>	<p>Analisar o cotidiano dos profissionais de consultório na rua (CnaR) no atendimento a pessoas em situação de rua e usuários de crack no Rio de Janeiro, destacando a experiência estética como</p>	<p>Estudo de caráter qualitativo e descritivo, baseado na análise de práticas de uma equipe de consultório na rua que atuou em cenas de uso de crack entre outubro de 2012 e abril de 2013 no Complexo do Lins de Vasconcelos, Rio de Janeiro.</p>	<p>O estudo identificou que a experiência estética pode funcionar como recurso mediador na redução de danos, ampliando o acesso ao cuidado, fortalecendo vínculos e criando possibilidades de</p>	<p>As práticas de Consultório na Rua, quando associadas à experiência estética, podem ser compreendidas como insumos de redução de danos, capazes de promover acolhimento, fortalecimento de sujeitos individuais e coletivos e ampliação do cuidado em saúde</p>



## Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

	recurso para as práticas de redução de danos (RD).	O estudo utiliza observação das ações desenvolvidas e o contexto sociocultural do território.	aproximação entre equipe e usuários.	para populações em situação de rua e usuários de crack.
<p><b>KIMERGÅRD, A.; MCVEIGH, J.</b> Variability and dilemmas in harm reduction for anabolic steroid users in the UK: a multi-area interview study. Harm Reduction Journal, v. 11, n. 1, p. 19, 2014.</p> <p>10.1186/1477-7517-11-19</p>	<p>Investigar como os programas de redução de danos vêm sendo estruturados e aplicados a usuários de esteroides anabolizantes (IPEDs) no Reino Unido, identificando dilemas e variações nas práticas enfrentadas por provedores e usuários.</p>	<p>Estudo qualitativo realizado em diferentes áreas da Inglaterra e País de Gales, entre 2009 e 2011. Foram entrevistados nove provedores de serviços (enfermeiros, médicos e profissionais de agências) e 24 usuários de esteróides, recrutados em clínicas específicas, serviços de troca de seringas (NSPs). As entrevistas foram transcritas e analisadas para identificar percepções, experiências e tensões sobre os serviços de redução de danos.</p>	<p>O estudo revelou grande variabilidade entre os serviços de redução de danos, de um lado, tem a ideia de distribuir seringas amplamente para o máximo de pessoas possível. Do outro, tem a visão de que é importante manter o contato direto com os profissionais de saúde para orientar e educar, mesmo que isso alcance menos gente, considerado importante para educação em saúde e prevenção. Eles preferem buscar ajuda em locais mais discretos, como academias, para não serem julgados.</p>	<p>A pesquisa aponta que apesar do crescimento da presença de usuários de esteróides nos programas de redução de danos, não existe uma padronização nacional quanto às práticas, gerando desigualdade no acesso e nos serviços oferecidos. Os autores destacam a necessidade de mais pesquisas para avaliar a efetividade de diferentes modelos e reforçam a importância de considerar o estigma, o alcance dos serviços e os dilemas éticos na construção de estratégias eficazes de redução de danos para esse grupo.</p>
<p><b>ARAGAO, Caroline et al .</b> Práticas de redução de danos em usuários de álcool e outras drogas. Psic., Saúde &amp; Doenças, Lisboa , v. 23, n. 3, p. 928-940, dez. 2022 . Disponível em=iso&gt;. Epub 31-Dez-2022. <a href="https://doi.org/10.15309/22psd230328">https://doi.org/10.15309/22psd230328</a></p>	<p>Identificar práticas de cuidado utilizadas em estratégias de redução de danos (RD) dirigidas a pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas, mapeando orientações de autocuidado, recomendações para</p>	<p>Revisão integrativa da literatura com busca (agosto de 2019) nas bases Lilacs (BVS), Web of Science, Scielo e PubMed. Período considerado: 2005–2019. Triagem inicial por títulos/resumos, seguida de leitura completa; análise feita</p>	<p>Foram incluídos 10 principais artigos, realizados em países como Brasil, Canadá, Inglaterra, Dinamarca, África do Sul e Austrália. Os achados foram organizados em três temáticas principais: Orientações sobre</p>	<p>Os autores destacam a necessidade de pesquisas avaliativas e de ações coletivas para superar barreiras socioestruturais e aumentar a eficácia das políticas e intervenções de redução de danos. Concluindo que deve ser feito uma maior investigação</p>



## Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

	profissionais de saúde e programas/estratégias que visam prevenir danos.	por duas autoras independentes; 10 estudos selecionados. Os níveis de evidência foram classificados (I a VI) e o estudo respeitou normas éticas aplicáveis.	autocuidado e redução de danos; Orientações para profissionais de saúde; Estratégias e programas de prevenção de danos.	futura sobre impacto das estratégias na qualidade de vida dos usuários e sobre a percepção dos próprios usuários acerca do que funciona.
<b>SOUZA DR, OLIVEIRA MAF, SOARES RH, DOMANICO A, PINHO PH.</b> Resistências dos profissionais da atenção psicossocial em álcool/drogas à abordagem de redução de danos. J. nurs. health. [Internet]. 13º de abril de 2017 [citado 30º de setembro de 2025];7(1):16-4. Disponível em: <a href="https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/9276">https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/9276</a>	Analisar as resistências apresentadas pelos profissionais de saúde mental, em relação à implementação da redução de danos (RD) nos dispositivos de atenção psicossocial voltados para álcool e outras drogas.	Trata-se de um estudo qualitativo e exploratório, realizado entre agosto e dezembro de 2012, com a participação de 10 profissionais de saúde mental que atuavam em dispositivos de atenção psicossocial voltados para álcool e outras drogas. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, e a análise foi conduzida a partir do método hermenêutico-dialético. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, conforme o CAAE nº 0005.0.196.000-11.	Foram identificadas resistências dos profissionais em relação à abordagem da redução de danos. Essas resistências estavam relacionadas a atitudes e práticas ainda influenciadas pela psiquiatria tradicional, que prioriza a abstinência total. Observou-se dificuldade dos profissionais em romper com concepções antigas e adotar práticas alinhadas ao paradigma da redução de danos.	A redução de danos enfrenta barreiras na sua operacionalização, devido ao enraizamento de concepções ligadas ao modelo biomédico e psiquiátrico tradicional. É necessário ampliar o debate, a formação e o investimento em práticas de redução de danos, para que essa estratégia seja realmente efetiva nos serviços de atenção psicossocial. A pesquisa reforça que a mudança de paradigma exige transformação cultural e institucional no modo como os profissionais lidam com o cuidado em dependência química.





## Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

<b>A Inglez-Dias, JM Ribeiro, FI Bastos e K Page;</b> Políticas de redução de danos no Brasil (Harm Reduction Policies in Brazil) <a href="https://doi.org/10.1590/1413-81232014191.1778">https://doi.org/10.1590/1413-81232014191.1778</a>	O artigo aborda o desenvolvimento e a implementação de políticas de redução de danos no Brasil. Registrar e discutir práticas de redução de danos observadas em um programa de pesquisa e atenção aos usuários de drogas injetáveis (UFO), identificando dificuldades, potencialidades e lições para o cenário brasileiro.	Pesquisa documental, observação sistemática, entrevistas com informantes-chave e análise das iniciativas de redução de danos, com foco no programa UFO.	Foram identificados pontos-chave como: dificuldades de financiamento, desafios de sustentabilidade, adesão dos usuários, avaliação de resultados e características positivas do programa UFO. O UFO foi reconhecido como exemplo exitoso, com impactos positivos no acesso a serviços e no engajamento dos usuários.	O estudo conclui que o programa UFO fortaleceu a adesão dos usuários e ampliou o acesso a serviços de saúde, destacando-se como um modelo de sucesso em políticas de redução de danos no Brasil. Reforça a necessidade de continuidade e expansão dessas estratégias.
---	--	---	--	---



## Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

<p><b>Thaís Borges Gomes; Marcelo Dalla Vecchia</b> — Estratégias de redução de danos no uso prejudicial de álcool e outras drogas: revisão de literatura</p> <p><a href="https://doi.org/10.1590/1413-81232018237.21152016">https://doi.org/10.1590/1413-81232018237.21152016</a></p>	<p>Sistematizar experiências de atenção à saúde de pessoas que fazem uso prejudicial de álcool e outras drogas com base nas diretrizes de redução de danos, no Brasil e no mundo; analisar avanços e impasses na implementação de estratégias de redução de danos; comparar as diferentes abordagens nos serviços e ações de cuidado oferecidas aos usuários.</p>	<p>Revisão de literatura com levantamento bibliográfico de artigos em português e inglês publicados nos últimos dez anos (antes de 2018) nas bases SciELO, Lilacs, Medline e PsychInfo. Depois da seleção do corpus, aplicou-se meta síntese para integrar os materiais obtidos. Critérios de inclusão: relatórios de experiência profissional ou de gestão, qualitativos ou quantitativos, conteúdo descrevendo serviços de redução de danos; exclusão de artigos que não estavam em português ou inglês.</p>	<p>Identificação de várias técnicas de redução de danos, como kits de redução de danos (seringas, água de diluição, preservativos, etc.), aconselhamento e informação, ações de saúde básica e serviços intersetoriais. Diversidade nos locais de atuação: cena de uso, unidades volantes, domicílios, espaços de cuidado com vulnerabilidade social, atenção básica, contexto hospitalar, redes de assistência social. População-alvo variada: usuários de drogas injetáveis, usuários de álcool, outras drogas, populações vulneráveis, comunidades marginalizadas.</p>	<p>As estratégias de redução de danos contribuem para melhorar condições de vida e saúde, promover inclusão social e evitar marginalização dos usuários de álcool e outras drogas. É importante reconhecer a singularidade de cada sujeito e sua relação com sua droga de escolha para construir intervenções respeitadas, que promovam autonomia e responsabilização. Entretanto, para alcançar maior efetividade, é necessário superar barreiras institucionais, realizar avaliações mais sistemáticas, ampliar a capacitação profissional e consolidar legalmente as ações por meio de políticas públicas mais estruturadas.</p>
<p><b>Matheus Eduardo Rodrigues Martins; Fátima Buchele Assis; Carolina Carvalho Bolsoni</b> — Conceitos de construção de autonomia sob o paradigma psicossocial no campo do cuidado a usuários de substâncias psicoativas</p> <p><a href="https://doi.org/10.1590/1413-81232022276.20872021">https://doi.org/10.1590/1413-81232022276.20872021</a></p>	<p>Sistematizar os conceitos de construção de autonomia sob o paradigma psicossocial no campo do cuidado a usuários de substâncias psicoativas</p>	<p>Revisão integrativa da literatura. Foram realizadas buscas nas bases Psycinfo, PubMed, BVS e Web of Science no período de agosto a setembro de 2019, com seleção de artigos brasileiros que abordassem o conceito de autonomia no</p>	<p>Foram selecionados 22 estudos que trazem diferentes concepções de “construção de autonomia”, fundamentadas em seis principais teorias: atenção psicossocial, redução de danos, promoção de saúde, saúde coletiva, teoria das</p>	<p>A construção de autonomia, no paradigma psicossocial, é um conceito plural, complexo e multidimensional que atravessa teoria e prática. A sistematização em três dimensões permite uma visão integrada da autonomia — como resgate individual, construção relacional/vínculos e</p>



## Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

		contexto de serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) para usuários de drogas, aplicando critérios de inclusão e exclusão. Em seguida, utilizou-se análise qualitativa conforme as etapas de Minayo (ordenar, classificar, análise final) para sintetizar os conceitos e suas referências teóricas.	redes de suporte e teoria do cuidado. Foi observado que a construção de autonomia depende de ações em múltiplos níveis (indivíduo, serviço, território, políticas) e que há tensões práticas e institucionais que dificultam sua efetivação, especialmente no contexto das mudanças recentes na política nacional de drogas.	ação social/política. Para que essa diretriz seja efetivada, são necessários investimentos e reforço da rede de cuidados (RAPS), bem como dispositivos territoriais que promovam saúde, direitos, moradia, renda e participação social. Há riscos de que retrocessos nas políticas públicas fragilizam ou inviabilizam a concretização da autonomia para usuários de substâncias psicoativas.
<p><b>Silvia Leticia Santos, Brunna Verna Castro Gondim;</b> Financiamento das políticas públicas sobre drogas e os distintos modelos de referencial teórico na perspectiva do Sistema Único de Saúde.</p> <p><u>10.14295/jmphc.v14.1218</u></p>	<p>Analisar o financiamento das políticas públicas sobre drogas no Brasil, destacando como os modelos de referencial teórico influenciam as práticas e diretrizes dentro do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente no campo da atenção psicossocial e cuidado em saúde mental.</p>	<p>Estudo teórico e documental, com base em análise de políticas públicas e revisão bibliográfica sobre o financiamento e a evolução histórica das políticas de atenção às pessoas com transtornos relacionados ao uso de álcool e outras drogas. O artigo discute documentos legais e normativos, como: Lei nº 10.216/2001 (Lei da Reforma Psiquiátrica) Portarias nº 3.088/2011 e nº 2.197/2004; Decreto Presidencial nº 9.761/2019, que instituiu a</p>	<p>Houve mudanças nos modelos de atenção: o modelo psicossocial e de redução de danos, inicialmente predominante, vem sendo substituído gradualmente por um modelo mais abstencionista e biomédico, com ênfase em internações e comunidades terapêuticas. O financiamento público passou a privilegiar estruturas fechadas e hospitalocêntricas. Esse redirecionamento gerou precarização da rede de atenção psicossocial e retrocesso nas práticas de</p>	<p>As políticas públicas sobre drogas no Brasil enfrentam tensões entre dois referenciais teóricos principais: o modelo de redução de danos, que prioriza o cuidado, a inclusão social e a autonomia do sujeito; e o modelo abstencionista, que enfatiza a abstinência e práticas punitivas; O estudo conclui que o fortalecimento da rede psicossocial (RAPS) e o financiamento adequado são essenciais para sustentar práticas de cuidado alinhadas à redução de danos e aos princípios do SUS.</p>



## Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

		nova Política Nacional sobre Drogas (PNAD).	cuidado baseadas em direitos humanos e cidadania.	
<p><b>Luiz Alberto Teixeira Pires da Silva, Márcia Figueira Canavez, Marcos William da Silva Lacerda, Tássia Dias Oliveira;</b> Inserção da família no tratamento do dependente químico.</p> <p><a href="#">10.47385/praxis.v13.n2sup.659</a></p>	<p>Conhecer a percepção dos familiares frente à dependência química e compreender como a inserção da família no processo terapêutico pode auxiliar no tratamento e na recuperação do dependente químico.</p>	<p>Tipo de pesquisa: Pesquisa-ação, de natureza qualitativa e descritiva; Local: Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD) de Volta Redonda, RJ; Participantes: 24 familiares de usuários atendidos no CAPS AD; Instrumento de coleta: Grupo familiar, com discussões e observações registradas pelos pesquisadores; Análise: Os dados foram organizados em duas categorias temáticas; Sintomas de desequilíbrio familiar; Grupo familiar como ferramenta no tratamento das relações familiares.</p>	<p>Os principais sintomas observados foram o sofrimento e o desequilíbrio emocional dos familiares, gerando dificuldade em impor limites e lidar com o dependente químico. O impacto da dependência na família é intenso, levando a emoções distorcidas e relações conflituosas. A participação em grupos familiares ajudou os participantes a compreenderem melhor o processo de dependência química e melhorar a comunicação e o vínculo com o usuário. O grupo mostrou-se uma estratégia de cuidado eficaz, fortalecendo tanto o dependente quanto seus familiares.</p>	<p>A inserção da família no tratamento é fundamental para alcançar melhores resultados terapêuticos. O grupo familiar é um recurso importante na prática do enfermeiro e demais profissionais de saúde, pois promove apoio emocional, compreensão e corresponsabilidade no processo de cuidado. Conclui-se que, ao educar e incluir a família, o tratamento torna-se mais eficaz, evitando recaídas e fortalecendo práticas alinhadas à redução de danos, baseadas no diálogo, acolhimento e vínculo.</p>



## Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

<p><b>Roberto Rocha Coelho Pires; Maria Paula Gomes dos Santos</b> — Desafios do multiprofissionalismo para a redução de danos em Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas.</p> <p><a href="https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200072">https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200072</a></p>	<p>Analisar os desafios e tensões existentes na atuação multiprofissional nos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas (CAPS AD), observando como diferentes formações e perspectivas influenciam a implementação das estratégias de redução de danos e o cuidado oferecido aos usuários.</p>	<p>Pesquisa qualitativa desenvolvida no CAPS AD do Distrito Federal. Foram realizadas observações das práticas cotidianas, entrevistas com profissionais e análise das concepções e modos de operacionalização da política de redução de danos dentro das equipes multiprofissionais. O estudo buscou compreender como diferentes campos de formação (psicossocial e biomédico) influenciam as práticas institucionais.</p>	<p>Foi observada grande variação na forma como os profissionais compreendem e aplicam a redução de danos. As diferenças se associam aos campos de formação (psicossocial x biomédico), gerando interpretações distintas sobre cuidado, abstinência, liberdade e protagonismo do usuário. Essas divergências podem gerar conflitos internos nas equipes, impactando negativamente a continuidade e coerência do cuidado.</p>	<p>O multiprofissionalismo, embora essencial ao cuidado em saúde mental e à redução de danos, apresenta desafios práticos e conceituais que exigem constante negociação entre os diferentes saberes. O estudo destaca que a efetivação da política de redução de danos depende de uma integração real entre as perspectivas psicossocial e biomédica, de formação continuada dos profissionais e de ambientes institucionais que valorizem a autonomia, a corresponsabilidade e o protagonismo dos usuários nos processos de cuidado.</p>



## Revista AMAzônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

<p><b>Reis, C. A. Ferrazza, D. A.; Oliveira, C. C.</b> - Redução de danos em um CAPSad: discursos e práticas na perspectiva da Política de Redução de Danos</p> <p><a href="https://doi.org/10.20435/pssa.v14i1.1240">https://doi.org/10.20435/pssa.v14i1.1240</a></p>	<p>O artigo teve como objetivo analisar como os profissionais de um CAPSad compreendem e aplicam a política de redução de danos no cotidiano do atendimento às pessoas que fazem uso abusivo de álcool e outras drogas.</p>	<p>A pesquisa utilizou uma metodologia qualitativa, de caráter descritivo, baseada em entrevistas semiestruturadas com profissionais que atuam em um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad). As falas foram analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo, com o intuito de compreender como esses trabalhadores concebem e aplicam a política de redução de danos no cotidiano do serviço.</p>	<p>Os resultados mostraram que os profissionais apresentam compreensões diversas e, por vezes, contraditórias sobre o conceito de redução de danos. Alguns ainda relacionam o cuidado à ideia de abstinência total, o que demonstra a persistência de um modelo biomédico de tratamento. O estudo evidenciou que a efetivação dessa política ainda é frágil e depende, em grande parte, do comprometimento individual dos profissionais e do apoio institucional.</p>	<p>Conclui-se que, embora haja avanços na incorporação da redução de danos como diretriz de cuidado no CAPSad, ainda existem desafios significativos para consolidar essa abordagem. A pesquisa ressalta a importância da formação continuada das equipes, da ampliação da discussão sobre o tema e do fortalecimento das redes intersectoriais de apoio. O estudo reafirma a necessidade de uma mudança de paradigma, superando a lógica da abstinência e fortalecendo práticas centradas na autonomia, no diálogo e na promoção da cidadania dos usuários.</p>
<p><b>Fernanda Gonçalves Moreira, Dartiu Xavier da Silveira, Sérgio Baxter Andreoli</b> - Redução de danos do uso indevido de drogas no contexto da escola promotora de saúde.</p> <p><a href="https://doi.org/10.1590/s1413-81232006000300028">10.1590/s1413-81232006000300028</a></p>	<p>Revisar os modelos de prevenção do uso indevido de drogas em ambiente escolar, relacionando-os aos conceitos de “promoção de saúde” e “escola promotora de saúde”, e propor um modelo de intervenção.</p>	<p>Revisão teórica dos modelos de intervenção e prevenção existentes, relacionando resultados de avaliações de impacto e práticas promissoras no campo da promoção de saúde escolar.</p>	<p>A aplicação do conceito de escola promotora de saúde mostrou-se eficaz ao integrar políticas, procedimentos e atividades que favorecem a proteção, a promoção da saúde e o bem-estar de toda a comunidade escolar. A estratégia de redução de danos se apresentou como</p>	<p>A proposta de redução de danos amplia o alcance das ações de promoção da saúde para todos os alunos, inclusive os que nunca fizeram uso de drogas, promovendo autonomia, inclusão, e uma abordagem mais humana e integral do problema.</p>



## Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

			uma alternativa viável à prevenção tradicional, com ações amplas e inclusivas.	
<p><b>Ana Regina Machado, Celina Maria Módena, Zélia Maria Profeta da Luz-</b> Das proposições da política às práticas dos serviços: há novidades nos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas?</p> <p><u>10.1590/s0103-73312020300118</u></p>	<p>Compreender como têm sido desenvolvidas as práticas dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (Caps AD), especialmente em relação à atenção psicossocial e à redução de danos.</p>	<p>Pesquisa qualitativa com observação participante e entrevistas semiestruturadas com gerentes, usuários, familiares e trabalhadores de três Caps AD em Belo Horizonte (MG).</p>	<p>Os serviços priorizam práticas que produzem acolhimento, vínculos sociais e atenção aos compromissos de cuidado. Adotam a lógica da atenção psicossocial e da redução de danos, articulando-se com os recursos comunitários e territoriais.</p>	<p>Os Caps AD realizam práticas coerentes com as novas proposições de cuidado, buscando ampliar as possibilidades de vida e inclusão social das pessoas.</p>
<p><b>Bruno Marson Malagodi; Márcia Greguol; Attilio Carraro; Hélio Serassuelo Junior</b> - O estigma internalizado entre pessoas em tratamento para dependência química, e como esse estigma se relaciona com a prática de atividade física.</p> <p>10.22456/1982-8918.84970</p>	<p>O estudo objetiva analisar o nível de estigma internalizado em indivíduos internados para tratamento da dependência química e investigar a relação entre esse estigma internalizado e a prática de atividade física (há quanto tempo e em que intensidade) nos doze meses anteriores à internação.</p>	<p>A pesquisa foi de natureza descritivo-correlacional envolvendo 106 homens que estavam no início (1ª ou 2ª semana) do tratamento em comunidades terapêuticas de Londrina (PR). Eles responderam a questionários: um para medir estigma internalizado adaptado para dependentes de substâncias (ISMI-BR com itens como alienação, percepção de discriminação, evitação social, etc.), e outro</p>	<p>Os participantes apresentaram em geral níveis elevados de estigma internalizado, especialmente nos domínios de Alienação, Percepção de discriminação e Evitação social. Foi encontrada correlação inversa significativa entre o estigma internalizado (total e em grande parte dos subdomínios) e a prática de atividade física habitual: quanto maior a prática de</p>	<p>Conclui-se que há uma associação inversa entre a prática de atividade física e o estigma internalizado: a prática maior de exercício/física habitual está relacionada a menor estigmatização auto-imposta. Os níveis elevados de estigma internalizado reforçam a importância de incorporar programas de atividade física nos processos de tratamento de dependência química, não só para benefícios físicos, mas também para saúde mental,</p>



## Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

		(Questionário Baecke) para mensurar a prática habitual de atividade física (ocupacional, esporte/exercícios no lazer, lazer/locomção) nos 12 meses anteriores. Análises estatísticas: estatística descritiva, correlação de Pearson, comparações por ANOVA entre grupos (idade, escolaridade, tipo de substância, tempo de uso) com significância adotada em $p < 0,05$ .	atividade física, menor o estigma internalizado relatado. Também houve diferenças estatísticas: por exemplo, participantes mais jovens ou com escolaridade mais alta apresentaram menor evitação social. Os domínios de esporte/exercício no lazer e lazer/locomção foram onde se viu uma relação mais forte com o estigma internalizado.	autoestima e reinserção social. O estudo recomenda que intervenções futuras avaliem de modo longitudinal ou experimental para verificar causalidade, e sugere que profissionais de educação física façam parte das equipes terapêuticas para implementar práticas sistemáticas de exercício físico como parte do tratamento.
<p><b>DANIEL PULCHERIO FENSTERSEIFER</b> - varas de dependência química e questões bioéticas relacionadas à implementação do programa de Varas de Dependência Química no Brasil</p> <p>10.12818/P.0304-2340.2014v65p147</p>	O estudo busca verificar se o modelo de tratamento coercitivo oferecido pelo programa das Varas de Dependência Química possui respaldo nos princípios da bioética, avaliando conceitos, propósitos e métodos do programa, bem como sua configuração como política pública relacionada ao uso de drogas	Trata-se de uma pesquisa bibliográfica (revisão / estudo documental), que utiliza fontes teóricas e documentos disponíveis em bibliotecas e sites indexadores para discutir os fundamentos éticos, jurídicos e bioéticos do programa das Varas de Dependência Química	O autor identifica que, embora haja pontos do programa que necessitam de maior discussão, existe a possibilidade de que o programa de Varas de Dependência Química promova uma redução de danos — tanto no plano individual quanto social — desde que o funcionamento seja regulado de modo a proteger as garantias dos participantes	Conclui-se que as Varas de Dependência Química podem configurar um mecanismo de política criminal que oferece ao indivíduo uma alternativa ao processo penal tradicional. Contudo, para que seus resultados sejam éticos e legítimos, é essencial que o programa seja regulamentado com cautela. Também ressalta-se que o caráter coercitivo presente no programa deve ser tratado com atenção bioética.





## Revista AMAzônica, LAFESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

<p><b>SILVA, Mônica Neves Aguiar da; COSTA, Jessica Hind Ribeiro.</b> Informar para reduzir a importância do projeto “saúde (de cara) na rua” para a prevenção da dependência química, a partir da perspectiva da redução de danos. Revista Brasileira de Direito, v. 12, n. 1, 2016. DOI: <a href="https://doi.org/10.18256/2238-0604/revistadedireito.v12n1p126-126">https://doi.org/10.18256/2238-0604/revistadedireito.v12n1p126-126</a>.</p>	<p>O objetivo do estudo é analisar a informação como ferramenta adequada e eficaz de redução de danos e investigar de que modo sua disseminação ampla pode auxiliar no paradigma de controle e combate ao uso nocivo de substâncias psicoativas. Também busca examinar como iniciativas como o projeto “Saúde (de Cara) na Rua”, desenvolvido pelo CETAD, atuam para desmistificar o uso de drogas, reduzir preconceitos, prevenir o uso desordenado, e promover o acesso à informação livre do discurso do medo e da abstinência.</p>	<p>A pesquisa adota abordagem teórico-metodológica de cunho jurídico-sociológico. Utiliza análise qualitativa, com recorte projetivo/prospectivo, partindo de pressupostos teóricos e sociais, examinando a redução de danos como fenômeno jurídico e social. Inclui descrição do projeto “Saúde (de Cara) na Rua” (CETAD) como estudo de caso ou exemplo prático, análise documental e sociológica de como as interações informativas contribuem para prevenção e enfrentamento do uso nocivo de drogas.</p>	<p>Houve mudanças nos modelos de atenção: o modelo psicossocial e de redução de danos, inicialmente predominante, vem sendo substituído gradualmente por um modelo mais abstencionista e biomédico, com ênfase em internações e comunidades terapêuticas. O financiamento público passou a privilegiar estruturas fechadas e hospitalocêntricas, em detrimento de serviços abertos e comunitários como os CAPS AD (Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas). Esse redirecionamento gerou precarização da rede de atenção psicossocial e retrocesso nas práticas de cuidado baseadas em direitos humanos e cidadania.</p>	<p>Conclui-se que o uso da informação como instrumento de política pública no âmbito da redução de danos é promissor para prevenção da dependência química. O projeto “Saúde (de Cara) na Rua”, ao atuar em espaços públicos com abordagem não-estigmatizante, contribui para reduzir danos, desmistificar preconceitos, promover o acesso ao tratamento e empoderar os sujeitos com conhecimento. Os autores recomendam que medidas similares sejam expandidas, que haja suporte institucional para esse tipo de ação e que se enfatize uma mudança de paradigma, afastando-se do discurso meramente proibicionista ou da abstinência como única alternativa. Também sugerem que o discurso informativo seja complementado por políticas integradas de saúde, assistência social e direitos, garantindo recursos, visibilidade e envolvimento comunitário.</p>
---	--	---	--	---



## Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

<p><b>SOUZA, ANNA BEATRIZ DE ALMEIDA GOMES; LIMA, BEATRIZ DA SILVA; BARBOSA, MARCOS ROBERTO DE OLIVEIRA; LIMA, MARIA AMANDA CORREIA; MACHADO, MARÍLIA GIRÃO DE OLIVEIRA. - Relato da vivência de uma enfermeira em grupo terapêutico de ajuda mútua para pessoas com dependência química.</b></p> <p>10.52600/2763-583X.bjcr.2022.2.Suppl.3.779-784</p>	<p>Relatar a experiência de uma enfermeira que atuou em grupo terapêutico de ajuda mútua para assistência a pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool e outras drogas, no contexto de um CAPS, entre abril de 2018 e dezembro de 2020.</p>	<p>É um relato de experiência, baseado no período de atuação da profissional enfermeira no grupo terapêutico. O estudo descritivo — qualitativo —, que consiste na descrição das atividades implementadas no grupo, bem como na percepção da enfermeira sobre seu trabalho neste contexto.</p>	<p>As informações apresentadas vêm da atuação e da percepção da enfermeira. O relato mostra que foi possível, por meio de sua inserção, estabelecer atividades específicas no grupo terapêutico, promover aproximação dos pacientes das atividades do CAPS, ampliar a variedade de atividades no grupo, reconhecer demandas relacionadas ao uso de drogas, manter continuidade no atendimento, fortalecer a assiduidade dos pacientes ao tratamento terapêutico e estimular corresponsabilização pelo cuidado pela rede de apoio.</p>	<p>A enfermeira conclui que a construção de vínculo com profissionais, pacientes e estagiários foi essencial para sua inserção efetiva no grupo terapêutico e para que o trabalho pudesse ser satisfatório. A vivência favoreceu aproximação dos pacientes com as atividades oferecidas pelo CAPS, dinamização e ampliação das ações do grupo, reconhecimento contínuo da demanda emergente relacionada ao uso de drogas, além de fortalecimento da prática terapêutica, aumento da participação dos pacientes, melhor cumprimento das propostas terapêuticas e estímulo à corresponsabilização do cuidado pela rede de apoio.</p>
<p><b>BITTENCOURT, M. N. et al. (2019). Consultório na rua: as práticas de cuidado com usuários de álcool e outras drogas em Macapá. Escola Anna Nery, 23(1).</b></p> <p>DOI: <a href="https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2018-0261">https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2018-0261</a>.</p>	<p>Analisar as práticas assistenciais desenvolvidas pelos profissionais das equipes do Consultório na Rua (eCR) sobre o cuidado prestado a usuários de álcool e outras drogas no</p>	<p>Estudo descritivo e qualitativo, realizado entre abril e junho de 2017, com dez profissionais das equipes do Consultório na Rua de Macapá. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas</p>	<p>As práticas de cuidado se baseiam na estratégia de Redução de Danos, no fortalecimento do vínculo entre equipe e usuário e na articulação com os serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). Os</p>	<p>As equipes do Consultório na Rua de Macapá realizam práticas de cuidado alinhadas às políticas públicas de atenção à população em situação de rua e aos princípios do Sistema Único de Saúde. A Redução de Danos é reconhecida como estratégia</p>



## Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

	município de Macapá, Amapá.	semiestruturadas, baseadas em cinco questões norteadoras sobre estratégias, facilidades e dificuldades do cuidado aos usuários de álcool e outras drogas. O material foi analisado por meio da Análise de Conteúdo Temática Categorical de Bardin.	profissionais destacaram que a criação de vínculo facilita o acesso aos serviços de saúde e promove o cuidado contínuo, além de reduzir barreiras causadas pelo estigma..	central para o cuidado aos usuários de álcool e outras drogas, mas o estudo evidencia a necessidade de maior apoio estrutural, capacitação profissional e enfrentamento do estigma para fortalecer a efetividade das ações de cuidado e inclusão social dessa população.
<b>TEIXEIRA, A. A. DE et al.</b> Crack users – developing strategies to face the risks of the consumption. Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online, v. 7, n. 2, p. 2393–2404, 1 abr. 2015. DOI: 10.9789/2175-5361.2015.v7i2.2393-2404	Conhecer as estratégias desenvolvidas por usuários de crack para lidar com os riscos decorrentes do consumo da droga.	O estudo é qualitativo, descritivo e exploratório. Foi realizado em 2011, em Pelotas (RS), com cinco usuários de crack que faziam uso da droga há pelo menos um ano. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, com o auxílio de redutores de danos que facilitaram o contato com os participantes. A análise foi feita a partir da técnica de análise temática, organizando as informações em categorias sobre riscos e	Os principais riscos relatados foram físicos e psicológicos, incluindo agressões, infecções (como HIV e hepatite), desnutrição, insônia, depressão e exclusão social. Entre as estratégias de redução de danos, os usuários mencionaram o uso individual da droga para evitar conflitos, o uso de preservativos, o consumo de maconha após o crack para diminuir a fissura, o controle da quantidade usada e o cuidado com o	A pesquisa mostra que, embora a maioria dos usuários conheça os riscos do uso do crack, nem todos adotam estratégias de redução de danos. Ainda assim, os próprios usuários constroem práticas de cuidado e autocontrole baseadas em suas experiências. O estudo reforça a importância de compreender o contexto de vida dessas pessoas para desenvolver políticas públicas de saúde mais eficazes e respeitadas, voltadas à redução de danos e reinserção social.



## Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

		estratégias de enfrentamento.	cachimbo para evitar contaminações.	
<p><b>VALLANCE, K. et al.</b> Do managed alcohol programs change patterns of alcohol consumption and reduce related harm? A pilot study. Harm Reduction Journal, v. 13, n. 1, p. 13, 9 dez. 2016. DOI 10.1186/s12954-016-0103 -4</p>	<p>Avaliar as evidências disponíveis sobre estratégias de redução de danos aplicadas a pessoas que injetam esteroides anabolizantes e outras drogas para fins de aprimoramento de imagem e desempenho (IPEDs), buscando identificar práticas eficazes e lacunas no conhecimento científico.</p>	<p>Revisão sistemática, foram incluídos estudos que abordassem estratégias, programas ou intervenções de redução de danos voltados a pessoas que injetam esteroides. Após triagem e análise qualitativa, foram incluídos 38 estudos (majoritariamente do Reino Unido e da Austrália), com diferentes delineamentos, quantitativos, qualitativos e mistos.</p>	<p>A revisão mostrou que, embora haja expansão da presença de usuários de esteroides nos programas de troca de seringas e clínicas de redução de danos. A maioria dos estudos relatou prevalência crescente de injeções não médicas de esteroides e uso de seringas compartilhadas. As intervenções identificadas incluíram a oferta de material estéril, aconselhamento sobre injeção segura, campanhas educativas, triagens médicas e programas de outreach em academias. No entanto, há grande variação na implementação, qualidade e cobertura dos serviços, além de ausência de estudos longitudinais que avaliem impacto clínico.</p>	<p>O estudo conclui que, apesar de haver uma crescente inclusão de usuários de esteroides em serviços de redução de danos, faltam diretrizes baseadas em evidências específicas para esse grupo. As práticas existentes são derivadas de programas destinados a usuários de drogas injetáveis tradicionais, sem adaptações às particularidades dos IPEDs. Os autores defendem o desenvolvimento de políticas e pesquisas voltadas à realidade desses usuários, ressaltando a importância de considerar fatores como estigma, autoimagem e uso recreativo, de modo a ampliar a efetividade das ações de saúde pública.</p>



## Revista AMazônica, LAFESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

<p><b>Júlia Inácia Vieira Assunção, Aléxa Rodrigues Vale, Andréa Alves Oliveira, Daniela Navarro Nilo, Doriane Santos Mariano, Fernanda Gomes Palata, Marjorie Cristina Santana Fonseca, Rafaela Ferreira Marques, Thaísa Borges Gomes, Thamires Maria Miranda Santos, Marcelo Dalla Vecchia;</b></p> <p>ATENÇÃO PSICOSSOCIAL A PESSOAS COM PROBLEMAS DECORRENTES DO USO DE DROGAS. Lilacs.</p> <p><a href="https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31178671">https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31178671</a></p>	<p>Apresentam-se reflexões acerca do projeto terapêutico singular (PTS) como tecnologia de cuidado na atenção psicossocial a pessoas com problemas decorrentes do uso de drogas e os seus efeitos da sua adoção na formação de estudantes de Psicologia.</p>	<p>O Programa de Extensão 'Eiras e Beiras: Atenção Psicossocial em Álcool e Outras Drogas - Consolidando Redes, Garantindo Direitos' foi desenvolvido no formato ora relatado durante os anos de 2014 e 2015. Dentre seus objetivos, estava a oferta de oportunidade formativa nessa área em cenários de prática diversos. Para tal, foram desenvolvidas atividades de atenção psicossocial. As dez primeiras autoras do presente trabalho foram as estagiárias componentes das atividades realizadas durante o ano de 2014, e o 11o autor é o coordenador do Programa de Extensão e supervisor acadêmico do projeto</p>	<p>O desenvolvimento do estágio acadêmico-profissionalizante possibilitou identificar três elementos como aspectos fundamentais da atenção psicossocial às pessoas com problemas decorrente do uso de drogas: (a) a abordagem familiar, (b) o estabelecimento de vínculos e (c) o respeito à autonomia.</p>	<p>Ao apontar alguns eixos norteadores (abordagem familiar, estabelecimento de vínculos e respeito à autonomia) para o estabelecimento dos fundamentos da clínica no âmbito da atenção psicossocial em álcool e outras drogas, entende-se que a adoção do PTS como tecnologia de cuidado, mediando as tecnologias leves, é fundamental. Entretanto, tal como se pôde observar nas atividades do estágio em análise, o PTS constitui-se uma importante estratégia a ser considerada, e não uma prescrição engessada aos trabalhadores de saúde como mais um 'protocolo', o que poderia redundar em uma indesejável burocratização.</p>
<p><b>Janini, Janaina Pinto; Bessler, Danielle; Alves, Valdecyr Herdy.v</b></p>	<p>Analisar o cuidado de enfermagem no processo de inclusão no território de usuários em situações de</p>	<p>Estudo de caso instrumental coletivo, que utilizou as narrativas de vida de 4 enfermeiras que atuam no</p>	<p>Os relatos demonstraram que as pessoas em abuso de substâncias são invisibilizadas, higienizadas</p>	<p>A enfermagem deve fortalecer o trabalho direto com o usuário no território, de educação popular como instrumento inclusivo e</p>



## Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

<p><b>O cuidado das enfermeiras a usuários em abuso de álcool e drogas: pandemia e normoestética.</b></p> <p><a href="https://doi.org/10.21675/2357-707X.2024.v15.e-2024136">https://doi.org/10.21675/2357-707X.2024.v15.e-2024136</a></p>	<p>abuso de substâncias na pandemia.</p>	<p>Centro de Atenção Psicossocial para álcool e outras drogas no município do Rio de Janeiro.</p>	<p>e interditas no próprio território. Não há interesse social em acolher esses indivíduos em sua própria comunidade, deixando-os à margem de condições de rua e precárias. As enfermeiras buscam mediações junto aos usuários, família e comunidade.</p>	<p>buscar articulações com a família e a rede de atenção. (AU)</p>
<p><b>Pegoraro, Natália Priolli Jora; Lima. Isabela Alves de: Luis, Margarita Antonia Villar; Ferreira, Paulo Sérgio: Reis Juliana Benevenuto: Pillen.Sandra Cristina</b></p> <p><b>Autoeficácia para abstinência e tentação entre usuários em acompanhamento de enfermagem especializado em dependência química</b></p> <p><a href="https://doi.org/10.30681/2526101012669">https://doi.org/10.30681/2526101012669</a></p>	<p>Avaliar a autoeficácia para abstinência e tentação para uso de substâncias psicoativas entre usuários em acompanhamento de um programa de cuidados de enfermagem especializado em dependência química.</p>	<p>estudo transversal, descritivo, de abordagem quantitativa. A amostra foi composta por usuários que responderam um questionário contendo informações sociodemográficas, padrão de consumo de substâncias e tratamento, avaliação da autoeficácia para abstinência e tentação para uso de substâncias psicoativas. A coleta de dados ocorreu entre janeiro e março de 2022. Análise descritiva simples e medidas de</p>	<p>Os participantes eram homens adultos, brancos, escolarizados, com emprego formal e renda, possuíam suporte social e familiar, usuários de álcool e tabaco. Identificaram-se níveis elevados de autoeficácia para abstinência na avaliação global da escala (3,7/DP 1,2) e no fator "preocupações" (3,9/DP 1,1). A avaliação global da escala de tentação foi de 2,4 (DP 1,4), sendo as maiores médias nos fatores</p>	<p>Conhecer a autoeficácia para abstinência e tentação nos comportamentos de uso de substâncias psicoativas pode ser uma ferramenta importante para a instrumentalização do cuidado do enfermeiro na prevenção da recaída.</p>



**Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**

ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

		dispersão para cada fator e a escala global foram usadas.	"emoções negativas" (2,5/DP 1,5) e "abstinência/impulso" (2,5/DP 1,5),	
--	--	---	--	--



## **Considerações finais**

Ao longo desta revisão integrativa, foi possível compreender que o cuidado às pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas, no contexto contemporâneo, exige uma abordagem que vá além dos modelos tradicionais centrados exclusivamente na abstinência e na medicalização. Os estudos analisados demonstram que a Redução de Danos tem se consolidado como uma perspectiva ética, política e técnica fundamental para o enfrentamento da dependência química, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidades sociais, estigmas e exclusões históricas. As produções científicas evidenciaram que práticas desenvolvidas em territórios, nas ruas e em serviços da Rede de Atenção Psicossocial, como os CAPS AD e o Consultório na Rua, ampliam o acesso ao cuidado ao reconhecer as singularidades dos sujeitos e suas trajetórias de vida. Estratégias fundamentadas no vínculo, no acolhimento e no cuidado em liberdade mostraram-se essenciais para promover aproximação entre usuários e serviços de saúde, possibilitando a construção de relações mais horizontais e menos coercitivas. Nesse sentido, a Redução de Danos se apresenta não apenas como um conjunto de técnicas, mas como um modo de produzir cuidado que respeita escolhas, tempos e possibilidades, sem desconsiderar os riscos associados ao uso de substâncias psicoativas.

Os achados também indicam que intervenções não clínicas, como práticas artísticas, culturais, atividades físicas, ações educativas em espaços públicos e dinâmicas de grupo, exercem papel relevante na construção da autonomia, na redução do estigma e no fortalecimento dos laços sociais. Essas estratégias se destacam por favorecerem a participação ativa dos usuários em seus processos de cuidado, contribuindo para o resgate do protagonismo e para a ampliação de sentidos para além da relação exclusiva com a droga. A





**Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**  
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

incorporação desses recursos demonstra que o cuidado em saúde mental pode e deve dialogar com dimensões sociais, culturais e comunitárias. Entretanto, a revisão também revelou a existência de importantes desafios para a efetivação da Redução de Danos no cotidiano dos serviços. Persistem resistências por parte de profissionais influenciados por concepções biomédicas e abstencionistas, bem como fragilidades na formação acadêmica, na gestão dos serviços e nas condições estruturais de trabalho. Além disso, as mudanças recentes nas políticas públicas de drogas, com encaminhamento de financiamento para modelos hospitalocêntricos e instituições fechadas, representam um retrocesso no campo da atenção psicossocial e colocam em risco práticas pautadas na defesa de direitos humanos e na cidadania dos usuários.

Diante desse cenário, torna-se evidente que a consolidação da Redução de Danos demanda investimentos contínuos em formação profissional, fortalecimento das políticas públicas e ampliação de ações intersetoriais que articulem saúde, assistência social, cultura, educação e justiça. É fundamental que os serviços de saúde reconheçam os usuários como sujeitos de direitos e coprodutores do cuidado, superando práticas normativas e tutelares que limitam a autonomia e reforçam a exclusão social.

Conclui-se, portanto, que a Redução de Danos se configura como uma estratégia potente e necessária para o cuidado às pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas, ao propor práticas mais sensíveis, inclusivas e comprometidas com a realidade dos territórios e com a vida dos sujeitos. Ao reconhecer a complexidade do fenômeno do uso de drogas e valorizar a escuta, o vínculo e a corresponsabilização, essa abordagem contribui para a construção de políticas e práticas de cuidado mais éticas, democráticas e socialmente comprometidas.



## Referências

- Aragão, C. et al. (2022). Práticas de redução de danos em usuários de álcool e outras drogas. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 23(3): 928-940. DOI: <https://doi.org/10.15309/22psd230328>.
- Assunção, J. I. V. et al. (2019). Atenção psicossocial a pessoas com problemas decorrentes do uso de drogas. *Psicologia USP*, 31. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2019v31178671>.
- Bittencourt, M. N. et al. (2019). Consultório na rua: as práticas de cuidado com usuários de álcool e outras drogas em Macapá. *Escola Anna Nery*, 23(1). DOI: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2018-0261>.
- Fensterseifer, D. P. (2014). Varas de dependência química e questões bioéticas relacionadas à implementação do programa de Varas de Dependência Química no Brasil. *Perspectivas*, 65, 147-160. DOI: <https://doi.org/10.12818/P.0304-2340.2014v65p147>.
- Gomes, A. B. A. et al. (2022). Relato da vivência de uma enfermeira em grupo terapêutico de ajuda mútua para pessoas com dependência química. *Brazilian Journal of Case Reports*, 2(Supl. 3): 779-784. DOI: <https://doi.org/10.52600/2763-583X.bjcr.2022.2.Supl.3.779-784>.
- Gomes, T. B.; VECCHIA, M. D. (2018). Estratégias de redução de danos no uso prejudicial de álcool e outras drogas: revisão de literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018237.21152016>.
- Inglez-Dias, A. et al. (2014). Políticas de redução de danos no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014191.1778>.
- Janini, J. P.; Bessler, D. & Alves, V. H. (2024). O cuidado das enfermeiras a usuários em abuso de álcool e drogas: pandemia e normoestética. *Saúde em Redes*, 15. DOI: <https://doi.org/10.21675/2357-707X.2024.v15.e-2024136>.
- Kimergård, A.; & McVeigh, J. (2014). Variability and dilemmas in harm reduction for anabolic steroid users in the UK: a multi-area interview study. *Harm Reduction Journal*, 11(19). DOI: <https://doi.org/10.1186/1477-7517-11-19>.



**Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**  
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

- Machado, A. R.; Módena, C. M. & Luz, Z. M. P. (2020). Das proposições da política às práticas dos serviços: há novidades nos CAPS AD? *Physis*. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-73312020300118>.
- Machado, K. S. et al. (2024). Insumos, arte e laço social no contexto das práticas contemporâneas em redução de danos no Brasil. *Physis*, 34. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-7331202434046pt>.
- Machado, K. S.; & Simas, R. S. (2023). Redução de danos, insumos e experiência estética: análise da prática no consultório na rua do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Terapia Ocupacional*. DOI: <https://doi.org/10.47222/2526-3544.rbto4823>.
- Malagodi, B. M. et al. (2018). O estigma internalizado entre pessoas em tratamento para dependência química e sua relação com a prática de atividade física. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.84970>.
- Martins, M. E. R.; Assis, F. B. & Bolsoni, C. C. (2022). Conceitos de construção de autonomia sob o paradigma psicossocial no campo do cuidado a usuários de substâncias psicoativas. *Ciência & Saúde Coletiva*. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022276.20872021>.
- Pegoraro, N. P. J. et al. (2023). Autoeficácia para abstinência e tentação entre usuários em acompanhamento de enfermagem especializada. *Revista de Enfermagem e Saúde*. DOI: <https://doi.org/10.30681/2526101012669>.
- PIRES, R. R. C.; SANTOS, M. P. G. (2021). Desafios do multiprofissionalismo para a redução de danos em CAPS AD. *Saúde em Debate*. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021200072>.
- Reis, C. A.; Ferrazza, D. A. & Oliveira, C. C. (2021). Redução de danos em um CAPSad: discursos e práticas. *Psicologia e Sociedade*, 14(1). DOI: <https://doi.org/10.20435/pssa.v14i1.1240>.
- Santos, S. L. & Gondim, B. V. C. (2022). Financiamento das políticas públicas sobre drogas e seus modelos teóricos. *Journal of Management & Primary Health Care*, 14. DOI: <https://doi.org/10.14295/jmphc.v14.1218>.
- Silva, L. A. T. P. et al. (2021). Inserção da família no tratamento do dependente químico. *Práxis*, 13(2 – Supl.). DOI: <https://doi.org/10.47385/praxis.v13.n2sup.659>.



**Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**  
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

- Silva, M. N. A. & Costa, J. H. R. (2016). Informar para reduzir: importância do projeto “Saúde (de Cara) na Rua”. *Revista Brasileira de Direito*, 12(1). DOI: <https://doi.org/10.18256/2238-0604/revistadedireito.v12n1p126-126>.
- Souza, D. R. et al. (2017). Resistências dos profissionais da atenção psicossocial em álcool/drogas à abordagem de redução de danos. *Journal of Nursing and Health*, 7(1): 16-24. DOI: <https://doi.org/10.15210/jonah.v7i1.9276>. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/9276>.
- Teixeira, A. A. et al. (2015). Crack users: developing strategies to face the risks. *Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online*, 7(2): 2393-2404. DOI: <https://doi.org/10.9789/2175-5361.2015.v7i2.2393-2404>.
- Vallance, K. et al. (2016). Do managed alcohol programs reduce related harm? A pilot study. *Harm Reduction Journal*, 13: 13. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12954-016-0103-4>.

**Submetido: 29/11/2025**

**Aprovado: 20/12/2025**

**Publicado: 01/01/2026**

**Autores**

**Aiedra Valente de Carvalho**

Estudante de Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

E-mail: [Aiedra.valente@ufam.edu.br](mailto:Aiedra.valente@ufam.edu.br)

**Henzo Rodrigues Arce<sup>2</sup>**

Estudante de Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

E-mail: [henzo.rod.arce@gmail.com](mailto:henzo.rod.arce@gmail.com)

**Jéssica Andrade dos S. Sobrinho<sup>3</sup>**



**Revista AMazônica, LAPESAM/GMPEPPE/UFAM/CNPq- GPPFE/UFAM/CNPq**  
ISSN 1983-3415 (versão impressa) - eISSN 2558 – 1441 (Versão digital)

Estudante de Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

E-mail: [jessica.sobrinho@ufam.edu.br](mailto:jessica.sobrinho@ufam.edu.br)

**Monick Melo da Silva <sup>4</sup>**

Estudante de Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

E-mail: [monick.melo@ufam.edu.br](mailto:monick.melo@ufam.edu.br)

**Phillip Abraham de Araújo Souza Cruz <sup>5</sup>**

Estudante de Graduação em Administração pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

E-mail: [phillip.cruz@ufam.edu.br](mailto:phillip.cruz@ufam.edu.br)

**Yasmin Santos Silva <sup>6</sup>**

Estudante de Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: [Yasmin-santos.silva@ufam.edu.br](mailto:Yasmin-santos.silva@ufam.edu.br)